

Ata da Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e quatro de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três.

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, pelas dezassete horas, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, no Salão Nobre dos Paços do Município, sob a presidência do Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes.

Ao iniciar a Sessão, o Presidente da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Vamos iniciar a Sessão da Assembleia Municipal.

Passo a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para fazer a chamada dos Membros deste Órgão Municipal.”

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, efetuou a chamada dos Membros da Assembleia Municipal tendo-se verificado que não está presente o Sr. Deputado Dr. Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos que apresentou a respetiva justificação.

Igualmente a Sra. Deputada Dra. Ana Marta Mendes Garcia não está presente e apresentou a respetiva justificação.

Também a Sra. Deputada Dra. Aldina Henriques Lopes da Cunha Neves não está presente e apresentou a respetiva justificação e solicitou a sua substituição tendo sido substituída pelo Sr. Ricardo Jorge Marques Figueiredo.

Também o Sr. Deputado Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramallete de Carvalho não está presente e apresentou a respetiva justificação.

Igualmente o Sr. Deputado Dr. José Miguel Mendes da Silva Clara não está presente e apresentou a respetiva justificação e solicitou a sua substituição tendo sido substituído pela Sra. Bárbara Coquim da Costa Almeida Serra.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, nos termos da alínea i), do n.º1, do artigo 6º, do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo e os Srs. Vereadores, Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito, Dra. Sandra Margarida Matias Andrade Fidalgo, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro e Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes.

Da presente Sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do nº 1 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de apoio global de 160.000,00 € (cento e sessenta mil euros) às Freguesias do Município no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações.

III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 5 do artigo 24º, do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro, da proposta de prorrogação do prazo para aceitação da transferência de competências em matéria de ação social para o dia 3 de abril de 2023.

IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na habilitação legislativa de delegação consagrada no Regime Jurídico de Serviço Público de Transporte de Passageiros, e em conformidade com a alínea k), número 1, do artigo 25.º, e dos artigos 116.º a 123.º e 128.º a 130.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e com o regime jurídico de delegação de competências previsto nos artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, da proposta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de Financiamento das Atividades Exercidas ao abrigo das competências delegadas dos Municípios enquanto autoridades de transportes, a celebrar entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e os Municípios Associados da CIM - Região de Coimbra.

V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea k), número 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro, da proposta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na

Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra no âmbito dos Procedimentos Contraordenacionais no Domínio do Estacionamento Público.

VI - Apreciação e votação da proposta de suspensão parcial e de estabelecimento de medidas preventivas à 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Oliveira do Hospital.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Feita a chamada e verificada a existência de quórum declaro aberta a Sessão.

Hoje a Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Dra. Ana Marta Mendes Garcia, não pode estar presente e, por isso, teremos que a substituir. Propomos para Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal a Sra. Deputada Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa.

Temos duas inscrições para o Período de Intervenção do Público e, se todos concordarem, estas intervenções seriam feitas antes de iniciarmos o Período de Antes da Ordem do Dia.”

Efetuada a votação, foi aprovado por unanimidade que a Sra. Deputada Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa exerça as funções de Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal na presente Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital.

De seguida foi iniciado o Período de Intervenção do Público e foi dada a palavra à representante do Movimento de Professores do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, Dra. Maria Helena Sousa, que fez a seguinte intervenção:

“Eu e a minha colega Laura Pinto da Costa estamos nesta Assembleia Municipal em representação do Movimento de Professores do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital. Eu não estou vinculada a qualquer sindicato ou entidade partidária.

Estamos aqui para reiterar aquilo que é do conhecimento público geral e que são as reivindicações no que toca a uma escola pública de qualidade, à dignificação da classe docente e da carreira docente. Sabemos todos que a esmagadora maioria dos docentes do Agrupamento de Escolas se uniram e debateram as questões de educação acabando por culminar em várias greves e em simultâneo também estando presentes em diversas manifestações que já

ocorreram na cidade de Lisboa e outras que ainda estarão para acontecer brevemente, uma delas amanhã e outra decretada para os dias dois e três de março no Porto e Lisboa. Importa salientar que estas greves têm ocorrido por todo o país e Oliveira do Hospital não é caso único. Estas greves têm-se estendido ao país inteiro e tem concluído nas ditas manifestações.

Nós, os educadores do ensino básico e secundário do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital consideramos que as práticas políticas implementadas e os desígnios deste Governo e do seu Ministério da Educação têm desqualificado a nossa profissão e o nosso trabalho na escola, que defino como extenuante, frustrante e quase impraticável nos dias de hoje. E, por isso, exigimos mudanças das políticas educativas, exigimos legislação que combata a indisciplina que urge nas escolas. É necessária uma atuação certa no que toca aos casos de indisciplina. Não queremos ser asfixiados por uma burocracia extenuante que nos asfixia a todos em meros atos administrativos quando na realidade devíamos estar focados para aquilo que fomos formados e que é ensinar os nossos alunos e focar-nos nas aprendizagens efetivas. O nosso trabalho na sala de aula deve ser respeitado e encorajado por toda a sociedade e por quem nos tutela.

Não queremos uma avaliação de professores que tem como único propósito e de forma argilosa trancar-nos na progressão da carreira docente, refiro-me à eliminação das cotas de vagas ao acesso ao quinto e sétimo escalões que teimam em bloquear a progressão na carreira docente.

Queremos uma formação de professores séria e que realmente sirva para o nosso enriquecimento em termos académicos, pedagógicos e didáticos. E também não queremos que persista a ideia do que agora, e ontem mesmo, foi designado como conselhos de QZP que vão assumir as competências dos conselhos locais de diretores no sentido de estes procederem à gestão e colocação dos professores, mais especificamente colocá-los em duas escolas no mesmo QZP.

Queremos manter os concursos nacionais que nos selecionam pelos melhores currículos académicos e profissionais e mantermos com um sistema educativo mais justificativo.

Queremos a devolução integral do tempo de serviço de seis anos seis meses e vinte e três dias que cumprimos e que efetivamente nos foi usurpado para efeitos de aposentação e progressão na carreira.

Enfim, desejamos um novo sistema educativo. Desejamos que os políticos, porque se trata de uma questão política, e podemos dizer também

financeira, mas que de forma clara, leal, aberta e de boa-fé se possam sentar e discutir estes assuntos porque quem não se importar com a educação obviamente está a comprometer o desenvolvimento de uma nação, de um país, porque não há efetivamente mais nenhuma profissão se não existirem professores. Aliás, tem sido visto em Inglaterra e em França, nas greves de professores, que sem professores não existem outras profissões.

Chegámos ao limite das nossas forças. Basta! Chega! Estamos cansados!

Dou aqui a minha cara, em nome de todos os meus colegas do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, mas expresso aqui o meu descontentamento e o deles também. Consideramos que chegámos ao limite e sentimo-nos traídos, minorizados, desvalorizados e por estas e outras razões que nos cabem resolvemos endereçar esta declaração à comunidade local e também ao País. A escola pública vai continuar, nomeadamente através dos seus agentes e, aqui, dos professores e restante comunidade educativa, a pugnar pela dignificação da carreira, pela valorização dos docentes e do seu trabalho e esperamos que o nosso Ministro da Educação possa mostrar uma genuína disponibilidade para negociar com educadores e professores.

Queria, agora, a título geral e particular também pedir de uma forma especial ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que, enquanto Deputado na Assembleia da República, possa dar voz às nossas reivindicações. É nosso propósito poder ter Vossa Excelência como interlocutor na defesa da escola pública e na defesa das reivindicações dos docentes, dos professores.

Apelamos também a todos os presentes que junto das entidades competentes próprias possam defender a escola pública e atendendo, de alguma maneira, às nossas reivindicações.

Portanto, aguardamos que haja abertura de novos processos negociais com boa-fé e esperamos que possa vir a acontecer e que a situação a curto prazo possa resolver-se para que tenhamos e possamos ter paz nas escolas para bem dos alunos, dos pais e de todos.

Muito obrigada!”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Uma posição semelhante a esta foi presente numa reunião pública da Câmara Municipal, no dia cinco de janeiro, onde a Sra. Prof. Laura Pinto da Costa esteve presente acompanhada por mais duas colegas.

Hoje, dirigiu-se à Assembleia Municipal.

Quando se dirigiu à Câmara Municipal a nossa posição foi muito clara: Até ao limite este Município, no anterior mandato e no presente mandato, sempre renunciou o acolhimento de competências na área da educação. Elas foram impostas por lei, a partir de abril e, assim, as temos exercido num princípio de autonomia da escola pública, entenda-se Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, num princípio de confiança na gestão da escola pública pelos seus diretores e num princípio de cooperação. Até ao limite rejeitámos essas mesmas competências, elas acabaram por ser impostas e estão a ser exercidas, como disse, num espírito de autonomia da real delegação das competências no Agrupamento de Escolas. À escola pública o que é da escola pública.

O Município de Oliveira do Hospital colabora e coopera permanentemente a gerir um processo que lhe foi entregue. É um processo desafiante e complexo para um Mega-Agrupamento que foi criado e que foi imposto também e que veio complicar mais a gestão do processo educação.

Agora temos esta competência e queremos fazê-la em diálogo com a escola pública, como já disse na reunião pública onde estiveram presentes.

A Escola pública é o mais forte ascensor social que existe em Portugal, aquele que reduz mais assimetrias, aquele que promove mais igualdade.

Segunda nota: Faço parte de um projeto político que acredita no diálogo entre as partes. O processo negocial entre os sindicatos e o Governo que seja reaberto e que essa negociação leve a um entendimento e a um equilíbrio entre as partes é, esse, o meu desejo.

Nota final: O Município de Oliveira do Hospital nunca desejou aquilo que designaram, na altura, por Municipalização da Educação e reitero aquilo que disse aos Srs. Professores na reunião pública e o que disse recentemente no Conselho Municipal de Educação, e posso dizer à vontade porque isto é partilhado por todo o Executivo: O Município de Oliveira do Hospital e parceiro, não está interessado em fazer contratação de professores ou a gestão de professores. Já o disse na reunião pública e já o disse no Conselho Municipal de Educação perante toda a comunidade educativa e, mais uma vez, aqui, nesta Assembleia Municipal, volto a dizê-lo: Não há nenhum interesse do Município de Oliveira do Hospital em contratar professores e em colocar professores nas escolas. Dos dezanove Municípios da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra nenhum está interessado em contratar professores e em colocar professores nas escolas.

Era isto que queria transmitir a toda a Assembleia Municipal e particularmente às Sras. Prof.^a Maria Helena Sousa e Laura Pinto da Costa.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Penso que a luta dos professores é justa. É uma luta que já se arrasta há muitos anos e que também prejudica o ambiente escolar. Eu também fui professor da escola pública.

Faço parte da Comissão de Educação e, para mim, será um dia de grande alegria quando ouvir dizer que os sindicatos, o Sr. Ministro da Educação e o Ministério da Educação encontraram uma plataforma de entendimento porque essa plataforma de entendimento é sobretudo para melhoria do ensino dos nossos alunos.

Esta é uma discussão muito boa para termos, por exemplo, na Comissão da Educação e na Assembleia da República, e isso é possível porque têm lá ido professores também de diversas escolas. É verdade que a negociação não está na Assembleia da República e está muito centralizada no Ministério da Educação com o Ministro das Finanças, como vocês sabem. Se não houvesse problemas de finanças isto já estava resolvido.

A escola pública, como disse o Dr. José Francisco Rolo, é de longe quem combate as maiores desigualdades sociais e onde todos são iguais. Eu não tenho nada contra o ensino particular porque quem tem dinheiro pode matricular os filhos onde quiser. Eu quero é que a minha escola pública dê as mesmas respostas aos alunos independentemente da sua condição social.

Por isso queria deixar esta palavra de esperança. Tenho ouvido algumas coisas interessantes. É verdade que houve algumas propostas do Ministério da Educação completamente disparatadas.

Acho que as colocações devem ficar na mão do Ministério da Educação e devem ser feitas tendo em conta a graduação.

Dizer ainda o seguinte acerca do excesso de burocracia: A função dos professores é ensinar e muitas vezes os professores passam a vida a fazer papéis para se justificarem daquilo que pode acontecer amanhã e, isto, é absolutamente um disparate. Outra coisa foi a redução do estatuto da Carreira Docente e por isso não posso concordar, e tenho sido uma voz discordante e, para mim, será um momento de grande alegria, quando chegarmos a uma negociação.

Dizer ainda o seguinte, e digo, isto, com frontalidade: Na escola não somos todos iguais. Os alunos são os alunos e os professores são os professores

e, hoje, às vezes, parece que há alunos que mandam mais do que os professores e, isso, é uma questão que tem que se resolver e tem que se dar autoridade à escola.

Meus caros amigos, espero que isto chegue a bom porto, dou-vos os parabéns pela vossa luta, pela vossa entrega. Pena é, e deixem-me dizer, quando aqui se construiu um Mega-Agrupamento completamente disparatado, quando as escolas tinham uma identidade própria, que não houvesse esta força dos professores para impedirmos esse atentado que se fez ao nosso Concelho e não vale a pena irmos buscar agora o passado mas fui sempre uma voz contra este Mega-Agrupamento.

Muito obrigado pela vossa participação.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Prof. José Carlos Gonçalves Marques que fez a seguinte intervenção:

“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em primeiro lugar, quero cumprimentar e felicitar Vossa Excelência por ter sido eleito Deputado da Assembleia da República. Na pessoa de Vossa Excelência quero cumprimentar os Membros da Mesa da Assembleia Municipal e os Membros desta Assembleia. Quero ainda cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara Municipal e todos os Vereadores.

Enquanto estudante, em Oliveira do Hospital, tive dois professores que me marcaram para a vida: A Doutora Maria Antónia, de quem nos recordamos com muita saudade, a qual costumava dizer “*vocês, antes de fazerem alguma coisa pensem três vezes e vão ver que depois disso ainda vão errar muitas!*”.

O Dr. Álvaro Assunção, pessoa por quem nutro uma estima especial e que também não precisa de ser apresentado, tinha uma caixa com minerais que, na sua forma de ensinar (através da brincadeira e do apelo à nossa atenção), nos dava umas pedras para que nós as olhássemos. Eram as suas joias.

Cabe esta minha introdução para vos dizer que, na minha opinião e na de muitos, olharam mal para o projeto que foi edificado junto ao diamante, que era, o Açude da Ribeira e a sua envolvente. Foi, do meu ponto vista e do Movimento Cívico “Vamos Salvar o Açude da Ribeira” que tenho a honra de aqui representar, cometido um atentado paisagístico grave, com a edificação da estrutura que fizeram nascer sobre a envolvente do Açude da Ribeira.

Dada a sensibilidade do local onde o projeto ia ser implantado, e apesar de sabermos que o mesmo foi aprovado por unanimidade pelo anterior executivo da Câmara Municipal, parece-nos óbvio que a discussão deveria ter

sido, democraticamente, alargada às populações e não ter sido apreciado o projeto somente a nível interno.

Mostrar uma maquete da obra a ser edificada sobre a envolvente do Açude da Ribeira à Assembleia Municipal, para que os seus membros pudessem perceber o impacto que uma estrutura como aquela iria ter, sobre aquele espaço, teria sido, no mínimo, prudente. Fazer passar o projeto pelas Assembleias de Freguesia de Lagares da Beira e da União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, teria sido, do ponto de vista do movimento “Vamos Salvar o Açude da Ribeira”, fundamental.

Porque sabemos do encantamento que aquele belíssimo quadro e edificado natural provocava em quem o visitava, estamos certos que ninguém quis atentar contra o Açude da Ribeira e sua envolvente. A verdade é que a estrutura que ali se encontra construída atenta contra aquela belíssima paisagem.

Como já o afirmámos em reunião de Câmara Municipal de 10 de novembro de 2022, não se trata, Senhor Presidente da Câmara Municipal, de apreciação estética, se assim fosse não estaríamos aqui. A apreciação estética sobre a estrutura que aprovaram para ser ali edificada, cada um terá a sua.

A obra não nos gerou curiosidade. A obra gerou-nos, e gera, estupefação, pasmo, assombro, no sentido negativo da palavra, porque aquela estrutura nunca deveria ter sido pedida para aquele local. Mandar edificar uma estrutura de visitação e fruição do espaço que atenta contra o próprio espaço é no mínimo estranho.

E estranho é, e muito, o Instituto de Conservação da Natureza e da Floresta, a Agência Portuguesa do Ambiente e todos os organismos públicos consultados terem aprovado o projeto, quando as condicionantes, para que aquela obra fosse ali construída, não podiam ser cumpridas.

Não deveriam ter olhado para o Açude e destruir, com uma plataforma pesadíssima, assente em monstruosos pilares de betão implantados dentro do leito do rio e seus lajeamentos laterais, toda a sua envolvente. Como o ambientalista Francisco Ferreira afirmou, não houve sensibilidade.

O Movimento Cívico Independente “Vamos Salvar o Açude da Ribeira” criou uma Petição Pública, que, a seu tempo, será também enviada a esta Assembleia, onde se apela a que aquela estrutura seja retirada e que toda a zona envolvente do Açude da Ribeira seja recuperada e requalificada. Recuperar e requalificar não pode nunca atentar contra o objeto a ser restaurado!

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Professor José Carlos Alexandrino, aqueles que gostam de criticar, ou melhor, que criticaram e

continuarão a criticar o “Monstro da Ribeira” são pessoas que não precisam de ter segundos de fama nem precisam de se tornar famosos. São cidadãos atentos ao que os autarcas e deputados, por nós eleitos, vão realizando e, por isso mesmo, deixamos para eles o palco e a fama.

Os cidadãos que criticaram e continuarão a criticar o “Monstro da Ribeira” a única coisa que querem é não ver o Município de Oliveira do Hospital gastar quinhentos mil euros com uma obra que atenta contra o local da sua implantação. O que esses cidadãos querem é ver todos os políticos, independentemente da sua cor, empenhados em resolver as questões relacionadas com a poluição do rio Seia. Estamos certos que todos viram um pequeno filme postado nas redes sociais sobre o que corria no rio Seia, no dia 9 de fevereiro de 2023!

Não queremos fama, não precisamos de palco nem somos iluminados. Temos uma sensibilidade diferente da vossa, isso parece-nos óbvio. Que esta Assembleia tenha a coragem de mandar retirar aquela estrutura.

Mandem elaborar um projeto que não permita a passagem para a outra margem na zona da envolvente do Açude da Ribeira. O Açude da Ribeira e a sua envolvente agradecem e nós também.

Muito obrigado pelo tempo que me disponibilizaram.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Cumprimento o Grupo de cidadãos de que o Prof. José Carlos Gonçalves Marques é porta-voz e dizer que o teor da intervenção que aqui faz é basicamente a intervenção que fez na reunião pública de Câmara Municipal do dia 10 de novembro de 2022. Na altura, tive a oportunidade de lhe explicar o processo que levou à realização daquela obra e, no final da reunião, depois do Prof. José Carlos Gonçalves Marques expor livremente a sua opinião e de lhe terem sido dados todos os esclarecimentos que acho que é justo dar, o Prof. José Carlos Gonçalves Marques deu-se por esclarecido.

Hoje, vem à Assembleia Municipal e, quanto a isso, nada tenho a opor, este é um espaço de democracia, é um espaço de confronto de opiniões, e vem novamente expor a sua perceção sobre aquela obra que criou uma estrutura de visitação e de fruição do Açude da Ribeira.

Dizer ainda que este processo foi sempre um processo público e também foi um processo técnico. O projeto de arquitetura não foi feito por nenhum político. O projeto de arquitetura foi feito por uma arquiteta credenciada e que

fez outros projetos reconhecidos e valorizados na Região Centro e por todo o País. Também dizer que foi um processo que foi público e sucessivamente analisado e sucessivamente fiscalizado e refiro-me ao projeto que foi aprovado por unanimidade na Câmara Municipal, que foi elogiado na Câmara Municipal. Foi um projeto que quando foi discutido na Assembleia Municipal também mereceu rasgados elogios. Foi um projeto assente num projeto de arquitetura, que não foi feito por nenhum político, nem foi feito dentro desta casa, foi feito por uma arquiteta. Foi um processo que foi sujeito a um estudo de incidências ambientais, avaliação dos impactos geológicos e foi sujeito a parecer da Agência Portuguesa do Ambiente e do ICNF. O projeto mereceu aprovação, foi escrutinado na CCDR e foi aprovado e foi notificada a sua aprovação ao Município de Oliveira do Hospital que desenvolveu a empreitada.

Dizer o seguinte: O projeto de arquitetura, feito pela Sra. Arquiteta Marta Falcão, não foi feito dentro desta casa. Foi um projeto encomendado, foi um projeto aprovado, foi um projeto verificado, foi um projeto fiscalizado e objeto de pareceres e que se concretizou numa obra. E, também, dizer que no momento da consignação, ou seja, do início dessa obra, o processo também foi público: Foi convocado todo o Executivo, os Membros das Assembleias de Freguesia e cidadãos e foi-lhes dada nota pública disso. Foi feita a consignação pública da obra e na presença da Comunicação Social, e até há registos desse mesmo momento, onde tivemos a oportunidade de, no local, apresentar a intervenção que iria ser feita relativa à construção da estrutura de visitaçao daquele espaço e oportunidade também para agradecer a colaboração do Sr. Visconde do Ervedal que autorizou a utilização de um espaço que era sua propriedade para criarmos aquela estrutura.

Aquele espaço estava, de alguma forma, abandonado e, hoje, aquele espaço está valorizado. Podem gostar ou não gostar da estrutura. É evidente que o nível de afluência de pessoas ao local tem aumentado, o número de visitantes tem aumentado, e o espaço ainda não foi inaugurado. O número de pessoas que procura aquele espaço, que usufrui daquele espaço e divulga aquele espaço, para além das notícias que têm saído na comunicação social, tem aumentado e muito a visitaçao daquele espaço que era quase um segredo para alguns e era um espaço que estava abandonado e, hoje, está valorizado.

Dizer, ainda, o seguinte, quanto à poluição: Quando foi detetada, porque nos foi comunicada a situação, foram imediatamente dadas instruções para se comunicar à unidade da GNR responsável pela fiscalizaçao de alegados crimes ou atentados ambientais e foi feita uma verificaçao no local e não foi detetada

matéria poluente e, ainda esta semana esteve aqui a Sra. Comandante do Destacamento Territorial da Lousã, e este tema foi analisado, e foi pedida uma atenção especial para a fiscalização do rio Seia para precaver situações que possam configurar atos de poluição daquele mesmo rio.

Concluo dizendo que a estrutura que lá está foi uma opção de uma arquiteta e estruturas iguais àquela já na última Assembleia aqui as apresentei e, hoje, apresento-as da mesma forma: Esta estrutura está instalada na foz do rio Mira, em Vila Nova de Mil Fontes, no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, numa área de paisagem protegida estão estruturas do mesmo estilo e do mesmo tipo que estão no Açude da Ribeira, no rio Seia, no Ervedal da Beira e Lagares da Beira; O miradouro da zona dos Piornos, em pleno Parque Natural da Serra da Estrela, em área de paisagem protegida, tem precisamente também os mesmos materiais e o mesmo tipo de estrutura que está no Açude da Ribeira.

Dizer também que foram construídos vários quilómetros de passadiços em área protegida na Serra da Estrela que inclusivamente foram destruídos pelos incêndios do passado verão e também foi criada aí uma estrutura de visitaçao para que se possa fruir daquelas fragas e se possa fruir de toda a zona do Vale do Mondego.

O projeto do Açude da Ribeira foi executado para criar um ponto de visitaçao e felizmente esse ponto de visitaçao tem aumentado o número de visitantes ao Concelho e particularmente àquele espaço. Hoje, temos ali um ponto de interesse turístico e um ponto de visitaçao e tem aumentado o número de turistas e, com a campanha que vamos fazer, vai aumentar esse número de visitantes o que é ótimo para a economia local, nomeadamente para a restauraçao, hotelaria e para o comércio local, e, isso, é muito bom!

Como também será bom, assim que aquele espaço esteja integralmente disponibilizado ao público, avançarmos para a segunda fase e que é valorizar a componente envolvente e a sua ligaçao ao Talegre e a sua ligaçao rio abaixo com vários percursos de caráter interpretativo. Este é o primeiro passo para fazer irradiar dali vários percursos de turismo de natureza com caráter interpretativo.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervençao:

“Quero dizer ao Prof. José Carlos o seguinte: Sei que veio de Lisboa e veio residir para o Concelho de Oliveira do Hospital e sei porque tive a

oportunidade de trabalhar com ele na Escola da Cordinha, ele como professor e eu como Presidente do Conselho Diretivo, e sei que é um homem que tem uma visão estética e uma forma muito ligada às artes. O que se coloca em discussão em relação ao Açude da Ribeira é um problema de estética.

Quero agradecer ao Prof. José Carlos porque conseguiu dar visibilidade ao Açude da Ribeira e, isso, é uma coisa extremamente positiva, e ele até citou algumas coisas que leu nas redes digitais e percebeu que o povo, na sua grande maioria, até gosta mas não é a opinião dele.

Dizer-lhe também que ele tem o direito de manifestar a sua opinião e também todos os outros que o acompanham mesmo que alguns só façam de figurantes para aparecerem nas televisões mas, isto, é a minha opinião, e eu não deixo de a dizer.

O Prof. José Carlos sabe que sou um homem frontal e que não fujo a nada e, por isso, vou-lhe dizer até porque disse aqui uma série de asneiras. Uma das verdades é o seguinte: O monstro que vocês criaram ainda ninguém o encontrou mas, houve outro monstro, que eu aprendi na escola, na quarta classe, e sabe qual foi o monstro? Foi um que também não existia e chamava-se Adamastor e estava no Cabo Bojador e não existia mas ele existiu na imaginação de muitos dos nossos navegantes. Por isso, é natural que na vossa cabeça também lá tenha aparecido um monstro.

Eu diria, vendo aquela imagem, que era uma cobra de água que estava ali a atravessar o rio. E sobre gostos, também sou sincero, eu não tenho essa sensibilidade artística.

Reconheço que este processo existe porque existiu na Câmara Municipal um Executivo do Partido Socialista, liderado pelo José Carlos Alexandrino, porque senão ninguém lá tinha feito nada, e, por isso, as responsabilidades são do meu Executivo e também daqueles que aprovaram o projeto.

Há pouco o Prof. José Carlos disse, e também um dos figurantes que gosta de o acompanhar, que estamos a gastar quinhentos mil euros do nosso dinheiro, dos nossos impostos, mas, isso é mentira, é demagogia! Porque aqueles quinhentos mil euros não são do nosso Orçamento Municipal e é dinheiro que se arranja em Bruxelas e, por isso, deixem-se disso porque não foi lá gasto um tostão nosso e antigamente não se arranjava esse dinheiro!

E ainda sobre gostos, dizer-lhe o seguinte: O Senhor foi o pai do monumento das doceiras em Lagares da Beira e eu ouvi muitas críticas. Eu sou sincero, eu nunca tive uma opinião formada, e sei até como alguns Lagarenses lhe chamam e, como vê, não se pode agradar a todos!

Dizer ainda o seguinte: Eu, o Presidente da Junta de Freguesia do Ervedal e a Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira fomos as únicas pessoas que se interessaram por aquele espaço porque aquele espaço esteve completamente abandonado.

Há uma história que eu poderia contar, como é que o rio Seia foi destruído mas, não o farei, em memória de um Presidente que já faleceu e por quem eu tinha uma grande estima.

Aquele Açude pode estar ligado a duas terras, a Lagares da Beira e ao Ervedal, como você sabe. Foi ali que eu aprendi a nadar e eu não queria destruir um sítio onde muitos da minha geração aprendemos a nadar e, por isso, é um local que me diz muito. Aquilo que eu queria era valorizar o açude mas também vos digo que tenho amigos que gostam e tenho amigos que não gostam, percebe-se isso. Tenho amigos que me dizem que aquilo está espetacular e há outros que me dizem que aquilo está mal. E, por isso, também não vale a pena andarmos aqui a discutir os gostos de cada um.

Não temos possibilidades, neste momento, de fazer o retrocesso porque aquela obra teve financiamento do Plano Operacional 2020.

Vou mostrar-vos umas imagens do estado de abandono em que estava o açude. Como podem ver, este é o estado de abandono a que o açude chegou, com a água cheia de limos, uma água completamente verde, como podem ver aí nas fotografias. O açude estava completamente abandonado e muita gente me dizia que era uma vergonha para o Presidente da Câmara Municipal que tinha ali aprendido a nadar deixar aquilo assim.

Sempre sonhei em melhorar aquele espaço e trago também uma fotografia da remodelação do Açude da Ribeira para perceberem porque é que eu digo que não é um monstro e que parece uma cobra de água que passa de um lado para o outro. E, por isso, meus caros amigos, a obra foi feita com o grande sentido de dar dinâmica.

Acho mais, e já disse ao Sr. Presidente, é um desafio que o Sr. Presidente tem que fazer porque nós arranjaremos o dinheiro: É a possibilidade de fazermos uns passadiços em madeira, da Estrada 230, do lado do Ervedal, até ao Açude, passar pela ponte, ir à Ponte Romana e, depois, subir até Lagares da Beira, num circuito fantástico. E se conseguirmos executar este trabalho, e eu acredito que sim, e se conseguirmos arranjar dinheiro, e não é o dinheiro dos Oliveirenses, e não é o dinheiro dos Portugueses, é o dinheiro do Quadro Comunitário, eu penso que nós vendemos aquela zona como nunca ela foi vendida. Eu tenho esperança que o Sr. Presidente da Câmara Municipal faça isto

porque eu vou ajudar a arranjar o dinheiro, eu baterei às portas que for preciso com ele para o conseguirmos fazer e talvez com estes passadiços aquilo tenha outra visão e possa ser considerado um ex-líbris da zona norte do Concelho.

Zé Carlos, muito obrigado, pela visibilidade que deste ao Açude da Ribeira. Percebi que também me segues nas redes sociais porque quando eu mostrei estas fotografias tu escreveste que uma imagem vale mais do que mil palavras.

Eu também digo que esta é uma imagem que vale mais do que mil palavras. Esta imagem que vos mostro era o estado de abandono em que estava o Açude da Ribeira.”

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de iniciarmos as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia quero referir que foram enviados dois documentos para conhecimento, nomeadamente o relatório de avaliação das atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital, relativo ao ano de 2022, e a informação de todos os compromissos plurianuais e de todos os pagamentos e recebimento em atraso, existentes à data de 31 de dezembro de 2022, nos termos da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro.

Em relação à Ordem do Dia, a Mesa da Assembleia Municipal queria propor que o Ponto VI fosse o primeiro Ponto a ser apreciado, para que a Arquiteta da Câmara Municipal, Alexandra, não tenha que permanecer aqui até ao final da nossa Sessão, se todos os Srs. Deputados estiverem de acordo.”

Efetuada a votação, a apreciação do Ponto VI no início do Período da Ordem do Dia, foi aprovado por unanimidade.

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Damos por encerrado o Período de Intervenção do Público e passaríamos ao Período de Antes da Ordem do Dia.”

De seguida foram iniciadas as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente às intervenções do público quero dizer o seguinte: Hoje, de facto, nós assistimos, aqui, a dois momentos extremamente importantes. Os eleitos da Assembleia Municipal têm todo o direito legítimo para representar os seus partidos e apresentar os problemas das populações mas à população não está vedado o direito de vir participar e dar conhecimento daquilo que os preocupa e daquilo que os afeta. Portanto, quer a intervenção dos Srs. Professores, quer a intervenção do Prof. Zé Carlos, são contributos, na minha opinião, muito importantes para a vivência democrática no Município. Esta é uma questão de princípio.

Depois, relativamente à questão do Açude, eu tenho uma opinião, e o meu camarada João Dinis sabe qual é a minha opinião: O Município não cometeu nenhuma ilegalidade, porque se houvesse aqui alguma ilegalidade nós todos teríamos que intervir no sentido de a corrigir.

Depois, houve um período de discussão pública, e não está aqui em avaliação se foi suficientemente divulgado mas houve esse período de discussão pública porque é obrigatório por lei e só depois da obra concluída é que as pessoas se aperceberam que de facto, do ponto de vista da sensibilidade de cada um, aquilo corresponde a uma mais-valia, para uns e, para outros, é um atentado.

O que quero dizer é o seguinte: Não me parece que agora a demolição daquela estrutura seja benéfica, quer para o ambiente, quer para a estética, quer para a valorização do território.

Na minha opinião, o que poderia ser feito, e deve ser feito, e já foram apontadas aqui algumas linhas, era minorar o impacto negativo na envolvente do Açude mas, depois, eu queria colocar uma outra questão, como Presidente de Junta de Freguesia. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal falou na possibilidade de se fazerem uns passadiços e o desafio que eu lançava era diferente. Era vermos, em cada freguesia, os espaços que há e que merecem valorização e promover essa valorização. Criar uma rede em termos concelhios de espaços devidamente valorizados, enquadrados ambientalmente, e enquadrados na paisagem que possam atrair pessoas a todo o território para visitar os açudes, para visitar os miradouros, etc, etc.

Nós temos dois espaços que gostaríamos de ter num projeto desses e que era a recuperação do espaço das Entre Águas e o São Bartolomeu e, desde já, nós avançamos com a nossa opinião.

Creio que é salutar e creio que as nossas diferenças de opinião não nos devem levar a perder o sentido daquilo que é essencial porque cada um tem

direito à sua opinião e, depois, as opiniões prevalecentes é que vencem. É assim na democracia, embora toda a gente saiba que há muitas reprovações a esse princípio.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, trago duas Moções que passo a ler:

“Em defesa da escola pública e dos direitos dos professores - A Educação em Portugal vive tempos conturbados. A escola de qualidade, gratuita e inclusiva, direito constitucional e pilar estruturante de uma sociedade democrática e justa, sofre há várias décadas de medidas que atentam contra os seus princípios.

O subfinanciamento crónico de que tem sido vítima, tem acentuado desigualdades, degradado as condições de trabalho e agravado a forma pouco dignificante com que são tratados os profissionais da educação e os professores em particular. Faltam técnicos, como psicólogos, terapeutas da fala, tradutores de LGP e psicomotoras, faltam assistentes técnicos e operacionais, acentua-se em cada ano letivo a falta de professores, a mais disciplinas, durante mais tempo e em todo o território nacional.

A realidade que enfrentamos é muito preocupante. A fraca valorização e dignificação destes profissionais, tem levado muitos docentes a abandonar precocemente a profissão, impede que os jovens se sintam atraídos por trabalhar num setor decisivo e absolutamente fundamental ao futuro do nosso País. O rejuvenescimento está comprometido, o envelhecimento é cada vez mais evidente, aumenta o recurso a diplomados não profissionalizados que não escolheram ser professores e dão aulas por falta de emprego nas suas áreas de formação. A qualidade do ensino e da educação está a ser posta em causa.

Pela sua qualidade, dedicação, entrega, profissionalismo e incontornável valor, os professores não merecem o desrespeito a que estão a ser sujeitos. Conscientes disso, têm lutado de forma continuada, não apenas pelos seus direitos, mas pela escola de abril, a escola acessível a todos, promotora de desenvolvimento integral, a escola da diversidade de pensamento, da promoção de valores de liberdade, de verdadeiro humanismo.

A Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, reunida em sessão Ordinária a 24 de fevereiro de 2023, delibera saudar a luta persistente que os professores têm desenvolvido em defesa dos seus direitos e da escola pública imprescindível à sociedade democrática em que queremos continuar a viver.””

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Pergunto se alguém se quer inscrever para fazer alguma declaração sobre esta Moção? Como não há inscrições passaríamos à votação da Moção - Em defesa da escola pública e dos direitos dos professores.”

Efetuada a votação, a Moção - Em defesa da escola pública e dos direitos dos professores, foi aprovada por unanimidade.

De seguida foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Passo a ler a segunda Moção: *“8 de março, Dia Internacional da Mulher - A evocação do Dia Internacional da Mulher, simbolo de luta pela igualdade e a não discriminação, mantém uma renovada atualidade ao tornar presente todo o património histórico de resiliência, coragem e sofrimento vivido pelas mulheres na conquista dos seus direitos económicos, sociais, políticos e culturais.*

Uma data com memória e com futuro, de reconhecimento da falta de igualdade na vida quotidiana das mulheres, tantas vezes oprimidas, discriminadas no salário e na oportunidade de emprego, violentadas na integridade. Um dia para lembrar que a dignificação da suas vidas é responsabilidade de todos e condição para a existência de uma sociedade justa, igualitária, inclusiva e mais feliz.

Na passagem de mais um Dia Internacional da Mulher, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, reunida em Sessão Ordinária no dia 24 de fevereiro de 2023, delibera:

Saudar as mulheres do Concelho, em particular as trabalhadoras da autarquia, as eleitas nos órgãos autárquicos, as que participam nas diferentes expressões do movimento associativo e em diversas organizações que intervêm na área da igualdade;

Promover pelos meios que consider adequados a valorização da participação das mulheres na história do Concelho, dando particular atenção ao seu papel na resistência ao fascismo e na vida democrática nascida com o 25 de Abril;

Pugnar, junto do poder central, por medidas conducentes à garantia do acesso das mulheres aos serviços públicos, designadamente à saúde, segurança

social, educação, rede pública de equipamentos e serviços de apoio à infância, aos idosos e às pessoas com deficiência ;

Saudar as comenorações do Dia Internacional da Mulher e as organizações que a impulsionam, apelar ao envolvimento de todos nestas comemorações.”.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Pergunto se alguém se quer inscrever para fazer alguma declaração sobre esta Moção?”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António Raúl Dinis Costa que fez a seguinte intervenção:

“Sobre esta Moção apresentada pelo João Abreu queria dizer duas coisas: Esta Moção, acima de tudo, é uma homenagem à mulher porque na verdade a mulher está a adquirir a igualdade naturalmente. Estarmos aqui com este tipo de situações parece que estamos a discriminar a mulher.

Acho que a mulher tem direitos iguais e não pode ser de outra forma.”

Efetuada a votação, a Moção - 8 de março, Dia Internacional da Mulher, foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Hoje não ficaria bem se não viesse aqui fazer um pedido de desculpas públicas porque fiz considerações em termos pouco corretos na última Assembleia. É assim que eu estou na política, e já tive oportunidade de pedir desculpas. Este pedido dirige-se aos Deputados do PSD, Deputados que muito prezo. Tive a oportunidade de no final da última Assembleia, depois de ter percebido a intervenção do Deputado João Brito, e reconheço que posso não ter ouvido bem as palavras que disse e também não medi bem as palavras que proferi. No final da Assembleia tive a oportunidade de pedir desculpas e pedi desculpa também ao Sr. Vereador Francisco Rodrigues e aconselhei-o a fazer o mesmo e a ter a mesma atitude para com o elemento que faz parte do meu Executivo e que é o José Alberto Carvalho que foi destrutado e enxovalhado na

campanha eleitoral que o PSD foi fazer a Aldeia das Dez. É assim que eu estou na política e é assim que eu quero continuar a estar.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal são duas pessoas que estão ligadas a este assunto que vou hoje referir: Vou-me referir à satisfação que temos, eu, o meu Executivo e os cidadãos da localidade de Chão Sobral, e julgo que não só, porque finalmente a obra na estrada de ligação do Chão Sobral à Freguesia de Alvôco das Várzeas está em fase bastante adiantada.

É difícil de transmitir toda a alegria que sentimos porque esta obra veio dar uma visibilidade e veio fazer justiça a uma das aldeias que esteve sempre abandonada porque nunca lhe foi dada oportunidade de ter uma estrada para saída.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, e Srs. Membros dos Executivos, passados e atuais, muito obrigado em nome do meu Executivo e dos Fregueses das minhas aldeias.

Mostro também satisfação pelo trabalho que o Executivo teve na posição dos médicos de família nas extensões de Saúde de Aldeias das Dez, Alvôco e Avô. Pese o facto da satisfação não ser total mas julgo que certamente alguma coisa se há de fazer.

Referir também outra obra que nos era muito necessária e que finalmente vai ser concretizada: A reparação do tabuleiro da Ponte das Três Entradas. É uma obra que já esperamos há mais de dois anos e que finalmente vai ser feita. Estamos preparados e temos que estar todos preparados porque esta obra vai causar grandes constrangimentos no trânsito mas é uma obra extremamente necessária.

Quero também endereçar um voto solidário à luta dos professores.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado José Ferreira da Cruz Loureiro que fez a seguinte intervenção:

“Venho dizer que o Concelho está melhor na área da saúde, não estamos completamente satisfeitos porque temos ainda muita coisa para fazer mas temos que reconhecer o trabalho do Município de Oliveira do Hospital e do Sr. Diretor do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital porque hoje temos as Extensões de Saúde abertas e, isto, é um trabalho do Município em articulação com o Centro de Saúde e temos que reconhecer quando o trabalho é bem feito. Obrigado!”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara Municipal, já reparámos que a estrada da Zona Industrial já está pavimentada e gostávamos de saber se já há algum prazo para a conclusão das obras?

Depois, queríamos saber sobre aquela avenida que vai ser aberta entre a Escola Secundária e a Zona Industrial, Quando é que vai ser lançada a obra? E queríamos saber porque o Centro Escolar vai ser inaugurado no próximo ano letivo, são essas as expectativas, e convém que haja acesso ao Centro Escolar. Como é que vão fazer os acessos ao Centro Escolar?

Também já começaram as obras na Zona Histórica, e estão a bom ritmo. Gostaria também de questionar o Sr. Presidente se há alguma data prevista para o término da mesma?”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Dr. Manuel Maria Golegã da Fonseca Pimentel de Sousa, que fez a seguinte intervenção:

“O que me traz aqui é um assunto que já é habitual. As intempéries que houve no final do ano passado e no início deste ano destruíram uma boa parte da Praia Fluvial da Ilha do Picoto. Quero agradecer o trabalho das Equipas Municipais e o trabalho da Proteção Civil para resolver todas as situações no imediato, nomeadamente retirar toda aquela madeira que se encontrava na Praia Fluvial.

Este ano o problema não é só na Praia Fluvial, há um problema também dentro da própria Ilha do Picoto no acesso ao bar. Todos os anos é feita uma intervenção na praia, gasta-se dinheiro, e será muito difícil evitar cheias porque sempre houve cheias em Avô. O problema é que estas cheias fazem muitos estragos devido à obra que ali está, e que está mal feita, e tem que ser equacionada uma solução: Não é evitar as cheias é tentar criar uma zona para que as cheias não destruam o espaço.

Normalmente é em junho que se faz uma intervenção na Praia Fluvial, e nós vamos lançar, este ano, o concurso para a exploração do bar, e habitualmente o bar é aberto em maio ou no princípio de junho e, como os estragos, este ano, entraram dentro da Ilha do Picoto, vimos solicitar à Câmara Municipal para fazer uma intervenção um bocadinho mais cedo pelo menos nessa parte da Ilha do Picoto que dá acesso ao bar.

Outro assunto que quero referir nesta Assembleia Municipal, e é um assunto que já foi aqui discutido por outros Presidentes da Junta de Freguesia, é o acesso à zona do Outeiro. Peço uma atenção especial para este assunto.

Quero também dizer que este mês em Avô e Alvôco das Várzeas tivemos a Missão Feliz, tivemos funcionários durante uma semana em Avô e Alvôco das Várzeas, que fizeram muitas atividades, nomeadamente na área social com a recuperação de uma casa. Queria agradecer à Câmara Municipal a ajuda que deu nomeadamente com o fornecimento das tintas. A Junta de Freguesia de Avô e a Sociedade de Defesa de Propaganda de Avô assumiram os custos do alojamento, do gás e da alimentação e queria deixar aqui também um agradecimento à Sociedade de Defesa de Propaganda de Avô.

Foi com agrado que vi, esta semana, ser lançado o curso para Nadadores Salvadores. Falámos aqui, a seu tempo, dessa possibilidade e até foi sugerido numa Assembleia Municipal que a Câmara Municipal e as entidades competentes criassem um curso aqui em Oliveira do Hospital. Esperemos que haja inscritos de modo a que as nossas praias, este ano, estejam bem vigiadas. No ano passado não tivemos Nadador Salvador em Avô e, correu tudo bem, felizmente, mas, era muito bom, se realmente voltássemos a ter um ou dois Nadadores Salvadores na nossa praia.

Por último, e também já aqui falaram, quero manifestar o meu agrado à reabertura da Extensão de Saúde de Avô que esteve encerrada durante quatro meses. Foi muito bom ver abrir a Extensão de Saúde de Avô no início deste ano.

Quero agradecer ao Coordenador do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital, Dr. Pedro Moreira, pelo empenho que teve para que esta situação se resolvesse, tanto em Avô, como em Alvôco e Aldeia das Dez, e para que a população do Vale do Alva ficasse novamente servida com as suas Extensões de Saúde.

Quero também agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que colaborou sempre nas reuniões. Agradeço o seu empenho e a sua dedicação.

Obrigado!”

De seguida, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Dra. Olga Maria Filipe Bandeira, que fez a seguinte intervenção:

“Como é do conhecimento de todos, tivemos o tão desejado regresso do Carnaval da Beira Serra na nossa vila, tradição com mais de cinquenta anos, e foi, no passado dia vinte e um, assinalado em Lagares da Beira um desfile de

carros alegóricos e muitos figurantes que com alegria e vivacidade encheram as ruas desta vila e puderam oferecer, a todos os que nos visitaram, momentos de boa disposição.

Quero, enquanto Presidente de Junta e em nome do Executivo que represento, fazer um agradecimento público à Comissão Organizadora do Carnaval de 2023, na pessoa do Sr. José Pinto, e parabenizá-los pelo trabalho, empenho e dedicação que tiveram ao longo destes dias para que o sucesso do desfile espelhado nas ruas de Lagares da Beira fosse possível.

Agradecer também a todos os que em grupo ou individualmente contribuíram porque, sem a sua participação o regresso do Carnaval da Beira Serra não teria sido fantástico.

Agradecer também ao Comando dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira por disponibilizar o corpo ativo para que, ao longo do desfile, a segurança de todos estivesse assegurada.

Agradecer igualmente à Fanfarra dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira que abriu o cortejo anunciando a passagem do carro da rainha do carnaval.

Agradecer à Câmara Municipal por todo o apoio que, desde o início, não hesitou em dar à Comissão do Carnaval de 2023, para levar por diante este desafio.

Agradecer à Comunicação Social que esteve presente.

Agradecer à Freguesias vizinhas que se quiseram associar a nós e a todas as entidades.

Por fim, mas não menos importante, quero agradecer ao Lagarenses. Parabéns, pela maneira como receberam de braços abertos e com o coração este desafio que, com o pouco tempo disponível, se adivinhava difícil, mas os Lagarenses souberam responder e superaram as expectativas. Enquanto houver gente como vós, o Carnaval da Beira Serra continuará! Que venha outro, em 2024, e todos os outros, com a mesma força e determinação. Obrigada!

Quero fazer também um agradecimento e dar os parabéns ao jovem Lagarense, José Carlos Pinto, atleta do Benfica, que é hoje o recordista dos oitocentos metros em pista coberta. Com o tempo de um minuto, quarenta e sete segundos e noventa e sete centésimas, José Carlos Pinto é o novo campeão nacional e recordista dos oitocentos metros em pista coberta. Parabéns ao nosso campeão!”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Dr. Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Os Fundos Europeus embora não sejam todos eles vindos do estado Português mas os Portugueses também contribuem para esses fundos.

Quero agradecer à Câmara Municipal de Oliveira do Hospital por ter escolhido a Filarmónica Sangianense para abertura da próxima Festa do Queijo.

A Filarmónica Sangianense recentemente elegeu um novo corpo diretivo, cheio de “sangue novo”, jovens como eu, e, por isso, me revejo tanto neles pelo seu trabalho incansável pela Freguesia e, aqui, também lhes presto a minha homenagem e agradecimento.

Agradecer também ao Vereador Nuno Oliveira, Dr. João Mendes e Eng.^a Teresa Dias pelo apoio que têm prestado para a execução das candidaturas que a Junta de Freguesia de São Gião granjeou e que, no momento próprio, explanarei também nesta casa.

Ainda assim, não obstante, permitir-me-á o Sr. Presidente da Câmara Municipal de interpelá-lo, de resto, até de alguma forma justificando já o famigerado facto de ter sido possivelmente o único Presidente de Junta de Freguesia a votar contra o Orçamento Municipal. Faço-o no exercício de liberdade política e estanho que hoje estranhe que o faça porque é um direito que me assiste na defesa das minhas gentes, e faço-o pela eternização de pelo menos duas promessas políticas não cumpridas; Uma, mais especificamente deste Executivo e, outra, do Partido Socialista há já largos anos a esta parte.

A primeira é sobre os railes na estrada do Rio de Mel que representam um gravíssimo perigo para a vida humana e de resto já houve pelo menos três sinistros naquele local, desde que eu tomei posse como Presidente de Junta de Freguesia, e que felizmente não levaram a fatalidades mortais mas, ainda assim, bastante graves. E de resto aproximando-se o verão essa estrada terá ainda mais tráfego e no inverno com o nevoeiro o perigo é enormíssimo. Tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal falado nesse investimento como prioritário, perguntava quando é que tencionará honrar esse compromisso?

A segunda, a mais antiga, aliás a promessa já de “cabelos brancos”, é a pavimentação da estrada de ligação do Parceiro ao Covão. Bem sei que é um legado que já vem do passado, mas o Partido Socialista decidiu abraçar novamente nas eleições que ocorreram há ano e meio. O Presidente, creio que estará a par da situação, de resto foi confrontado com ela por populares na Liga dos Amigos do Parceiro, Barroca, Covão e Alentejo. Também já entreguei o abaixo-assinado de largas dezenas de populares naturais e residentes dessas

aldeias, que decidiram enviar à Câmara Municipal e que a Junta de Freguesia se solidarizou com o mesmo. Portanto, não tendo, até à data, uma data concreta ou uma ideia de uma data para a realização dessa promessa, eu deixava novamente essa pergunta: Quando é que poderá fazer a pavimentação dessa acessibilidade? E recordo que essa acessibilidade é fundamental para o alojamento turístico de bandeira do nosso Concelho, que é a Quinta do Caramulo e, por ventura, o mais relevante neste momento na Freguesia de São Gião.

Sei qual é a previsível resposta, e a realização das obras de esgotos no Rio de Mel não poderão servir de verbo-de-encher para qualquer investimento que se faça na Freguesia de São Gião. Não estará à espera o Executivo Municipal que por essa obra ter sido realizada na Freguesia de São Gião eu deixe de trazer reivindicações porque para isso não haveria necessidade de eu ser candidato e não haveria necessidade de eu exercer o meu mandato.

Por último, deixar uma pergunta mais concreta porque ainda não teve resposta cabal até ao momento. Para quando a presença das máquinas de manutenção de caminhos e estradões florestais na Freguesia de São Gião, que já não desenvolvem trabalho digno de registo no Concelho desde o final do ano civil de 2021?

E de resto dou como exemplo de outro estradão florestal também muito relevante, mas esse com responsabilidades partilhadas porque envolvem dois Concelhos, e que é o caminho que liga São Gião à Cabeça de Eiras e, portanto, partilho a responsabilidade entre São Gião e São Domil, Oliveira do Hospital e Seia, mas cuja grande maioria é da nossa parte.

Grato pela vossa atenção.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. José Manuel Matias da Cruz, que fez a seguinte declaração de voto:

“Trago aqui duas notas que têm a ver com as obras na Zona Histórica. Venho congratular o facto das obras já terem começado e fazer votos para que elas decorram dentro dos prazos contratualizados.

Digo, isto, porque todos sabemos do tempo que têm as obras na Zona Histórica, sabendo que o volume é grande, este é o quarto lote, e, por sinal, também julgo eu, será o mais complicado.

Não há obras sem constrangimentos mas vamos fazer votos para que elas decorram com a maior celeridade possível para bem dos habitantes locais, para bem de quem nos visita e para bem dos comerciantes.

Já que estou a falar da Zona Histórica e no decorrer de uma festa anual que é habitual fazer-se, uma iniciativa que o meu amigo e atual Vice-Presidente de Câmara Municipal Nuno Oliveira, do anterior Executivo.

Ainda não tinha agradecido publicamente à Câmara Municipal o apoio que nos deu na última festa a mesma vai ter que ser deslocalizada em princípio para o Largo Ribeiro do Amaral.

Quero fazer um repto ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e Executivo para que nos apoiem com a montagem e realização da festa “Há Festa na Zona Histórica”.

Referir ainda que decorrem várias obras que são mais-valias e sabemos que elas trazem constrangimentos. Solicitava ao Sr. Presidente que informasse esta Assembleia sobre o andamento das obras, qual o volume e se há mais projetadas para este ano.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António Raúl Dinis Costa que fez a seguinte intervenção:

“Nesta intervenção venho falar-vos do seguinte: Tivemos os incêndios, em 2017, tivemos a pandemia no País e no Mundo e tivemos, por último, mais precisamente nos meses de dezembro e janeiro, intempéries que nos colocaram algumas situações mais difíceis.

Quero dar uma palavra de apreço à Proteção Civil, e incluía os Bombeiros e a GNR mas também as Equipas de Intervenção do Município de Oliveira do Hospital e os Serviços Técnicos, pela prontidão, pelo esforço que fizeram e por todo o trabalho que têm feito na recuperação possível daquelas coisas que são mais urgentes. Na verdade, têm sido incansáveis!

Estas intempéries provocam danos em várias áreas e pergunto ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se já tem alguma estimativa do valor dos estragos e se há alguma perspetiva para a recuperação dos prejuízos. Estes prejuízos envolvem estradas.

Peço ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que nos informe sobre os prejuízos no Concelho causados pelas intempéries.”

De seguida, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sra. Cátia Sofia da Cruz Alves, que fez a seguinte intervenção:

“Nesta minha intervenção irei ser breve mas com muita intenção.

O mês de janeiro foi um verdadeiro mês de felicidade para as gentes Alvocenses, de novo, reabriu-se a unidade de Extensão de Saúde local onde, da parte do Executivo da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzes sempre foi uma das lutas, normativas e exigências mais importantes, mesmo com a aquisição dos serviços como o Balcão SNS24 e com a cooperação do Executivo da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, nunca quisemos que este assunto morresse.

Desta forma e da nossa parte não há auto-congratulações, aliás fizemos aquilo que os autarcas eleitos devem fazer: Reivindicar, arregaçar as mangas e batalhar pelos direitos de uma comunidade .

Acrescento que foi um processo longo. Após várias mensagens, chamadas e reuniões com o Sr. Diretor do Centro de Saúde e com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.

Com avanços e recuos, soluções que não contentavam os Alvocenses entre uma tanta panóplia de coisas, surgiu a chave deste processo. Esta chave tem um nome e é esta pessoas que merece as devidas palavras de reconhecimento e homenagem.

Ao Dr. Rui Pedro Loureiro, recém Cordenador da unidade de cuidados de saúde de Oliveira do Hospital, que desde a primeira hora, se demonstrou prestável, motivado e sentido com a nossa causa, como uma causa também dele, sem nunca impor obstáculos e entraves, a palavra de agradecimento, em nome da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, mas, acima de tudo, de uma Alvocense em representação da comunidade inteira. É a si que devemos este feito, é principalmente ao Dr. Rui Loureiro que, hoje, temos cuidados de saúde primários, onde eles devem estar, próximo dos que mais precisam.

Tenho um lema: Cuidar de quem cuidou de nós. E, isto, foi cumprido graças a si, Dr. Rui Loureiro. Obrigada!

Desta forma, e se me permitirem, venho propor um voto de congratulação ao Dr. Rui Pedro Loureiro por tudo aquilo que mencionei, também pela reabertura das unidades de Extensão de Saúde de Aldeia das Dez e Avô, que também sei que teve influência, mas certamente também por tudo o que fará pela saúde em Oliveira do Hospital num futuro próximo.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Alguém quer manifestar-se sobre esta proposta de voto de congratulação ao Dr. Rui Pedro Loureiro?

Não havendo intervenções passaríamos à votação.”

Efetuada a votação, o Voto de Congratulação ao Dr. Rui Pedro Loureiro, foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa que fez a seguinte intervenção:

“Foi inaugurado recentemente o Espaço Cidadão, trata-se de um ponto de atendimento, que reúne diferentes entidades num único balcão, possibilitando o acesso a inúmeros serviços da administração central, local e entidades privadas que prestam serviços de interesse público. Este resulta de um protocolo celebrado entre a Agencia da Modernização Administrativa e o Município apostando na modernização e revitalização dos serviços poupando tempo útil aos cidadãos podendo, assim, tratar de vários assuntos, como por exemplo tratar da carta de condução, solicitar nova senha ou caderneta predial junto da autoridade tributária, apresentar despesas junto da ADSE, tratar de assuntos relacionados a empregos de formação profissional, alterar a morada no cartão de cidadão, solicitar cartão europeu de saúde e doença e muitos outros, não substituindo os serviços públicos mas complementando-os.

Assim, o Município estará a servir melhor o cidadão de forma mais rápida e próxima promovendo a literacia digital por via ao apoio assistido na presença dos serviços públicos digitais.”

Seguidamente, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Seixo da Beira, Sra. Isabel Margarida Neves Claro Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

“Quero juntar-me à colega Cátia Alves porque sou utente do Dr. Pedro Loureiro. Este Voto de Congratulação é muito merecido.

Vou falar do Carnaval do Seixo da Beira, após o interregno provocado pela pandemia de Covid-19. No ano passado já houve um pequeno desfile mas, este ano, o Carnaval regressou em força ao Seixo da Beira num desfile onde participaram cerca de quinze carros alegóricos e duzentos figurantes.

Apraz-me agradecer, enquanto Presidente de Junta de Freguesia, o trabalho desenvolvido pelos jovens na intervenção e dinamização da Freguesia de Seixo da Beira e responsáveis pela iniciativa mas também pelo trabalho desenvolvido pelas várias associações, instituições e intervenientes individuais, bem como, ao grupo de jovens de Vila Franca da Beira que, mais uma vez, se

juntou a nós, naquela que começa a ser uma atividade de renome na Freguesia. De referir que a zona geográfica onde nos situamos faz limite com o Concelho de Nelas onde as tradições do Carnaval são bastante antigas, nomeadamente em Nelas e Canas de Senhorim que têm tradições carnavalescas bastante fortes. No entanto, isso não foi motivo para não termos as nossas ruas cheias de visitantes, quer do Concelho de Oliveira do Hospital, quer dos Concelhos limítrofes.

Referir também que este Desfile de Carnaval começou no sábado com o baile, promovido também pelo grupo de jovens, na Sede do Vasco da Gama que estava lotada, e salientar também a folia de três dias porque a Sede do Vasco da Gama, na segunda-feira, voltou a ter a casa cheia com um novo baile. Estes dias foram de folia e tiveram a contribuição das associações e da comunidade em geral.

Quero deixar uma palavra de apreço ao Clube Desportivo e Recreativo Vasco da Gama pelo prémio de desempenho desportivo que recebeu na Gala do Desporto.

Quero lançar o convite aos Srs. Deputados da Assembleia Municipal porque vamos ter a nossa Mostra do Bolo Doce no próximo domingo de ramos, dia 2 de abril, e fica desde já o convite. O Seixo está na moda!”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca que fez a seguinte intervenção:

“Quero fazer uma reflexão e dar uma nota muito especial à Gala do Desporto. Acho que muitos de nós estiveram lá e quando vamos a um evento destes, quando nos envolvemos e sentimos um evento desta natureza, percebemos que há muito trabalho e envolvência de muita gente, há mais de setecentos desportistas envolvidos, há muitas famílias Oliveirenses envolvidas, há clubes envolvidos, há associações envolvidas. Foi um evento extremamente bonito!

Quero dar os parabéns ao Sr. Vereador Nuno Ribeiro, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e ao seu Executivo porque estão envolvidos de corpo e alma neste evento. Depois de dois anos de ausência, esta Gala do Desporto faz-nos renascer e viver. Estamos no caminho certo e vamos continuar e vamos engrandecer cada vez mais estes momentos. O desporto é uma escola de vida e humanidade para os nossos jovens e é excelente para o nosso Concelho.

Relativamente ao galardão Autarquia Familiarmente Responsável, dizer o seguinte: Pela oitava vez consecutiva a nossa autarquia ganhou o galardão de Autarquia Familiarmente Responsável. Como é que isto é possível? Isto é

possível devido ao trabalho contínuo e porque temos cá tudo, temos a saúde, temos o desporto, temos a habitação, temos ocupação dos tempos livres, temos a parte social que é extremamente importante e, hoje, cada vez mais, em momentos difíceis que atravessamos por causas que também sabemos que são externas, e temos uma política forte de apoio à família e de desenvolvimento crescente da igualdade entre homens e mulheres, temos o apoio à maternidade e paternidade e há uma ligação que fazemos muito forte em conciliar o trabalho com a família e, por isso, dou os meus parabéns à Câmara Municipal, a todo o Executivo, a todos os trabalhadores da Câmara Municipal e a todos os envolvidos por todo este esforço que se está a desenvolver e por sermos um Concelho onde é bom viver, temos uma vida saudável e gostamos de viver e estar.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Começo a minha intervenção por sublinhar dois pontos que já aqui foram saudados mas nunca é demais ressaltar: É a reabertura das Extensões de Saúde de Alvôco das Várzeas, Aldeias das Dez e Avô e, ainda, a inauguração do Espaço Cidadão. Acho que são duas boas notícias para o Concelho.

Venho aqui, hoje, também, para lembrar uma grande bandeira deste Executivo durante a última campanha eleitoral, e que era a criação de mais e novos empregos. Desde, então, Sr. Presidente, gostaríamos de saber quantos postos de trabalho é que foram realmente criados?

Ainda neste âmbito foi também prometido um Conselho Municipal para a Economia, o Simplex Local e o Via Verde Investe um conceito central comercial digital. Gostaríamos de saber em que ponto estão estes processos?

Foi-nos ainda prometido um programa dinâmico, porta a porta, de captação de investidores e empresas e gostaríamos de saber quantas empresas é que já foram realmente captadas através deste programa?

Sr. Presidente, agora que estão decorridos cerca de dois anos após a adesão do nosso Município às Águas Públicas da Serra da Estrela, e também enquanto Presidente do Conselho de Administração, achamos pertinente que nos fosse feito, de uma forma genérica, um ponto de situação sobre o que nos trouxe, na prática, esta adesão? Foi-nos, à data, prometida melhor qualidade dos serviços e prolongamento da rede de água e saneamento. Gostaríamos de o ouvir falar sobre esta matéria.

Vimos aqui também para obter alguns esclarecimentos acerca de outras situações que nos preocupam, nomeadamente os dois espaços que estão sobre a tutela do Município, e falo concretamente do Café Central, situado no jardim, e num outro que se encontra no renovado Parque dos Marmelos. São espaços que estão vazios e que estão a degradar-se. Gostaríamos de saber qual é a ideia que tem para aqueles dois espaços?

Pedimos ainda um esclarecimento sobre o valor que vai ser gasto em marketing e publicidade na Feira do Queijo, numa altura em que as famílias atravessam dificuldades para gerir o seu orçamento familiar é importante que houvesse aqui alguma contenção nos gastos, no nosso entender, até porque tem sido autoproclamada a maior Feira do Queijo e um evento com essa dimensão nem precisaria de publicidade.

Depois deixar dois alertas: O piso da estrada em frente à escola primária e junto à fonte do ameal está a ficar em mau estado e achamos que merece alguma intervenção; Alertar também para a inutilidade da impressão do Boletim Municipal, no nosso entender. Gastam-se cerca de sete mil euros em papel, e faz lembrar um bocadinho as antigas “páginas amarelas”, que nada acrescentam atualmente e acresce a isto que a oposição não é tida nem achada com uma coluna de opinião, como já foi aqui referido no passado. De notar também que a impressão deste boletim é feita fora do Concelho quando temos tipografias que poderiam muito bem fazê-lo, e não é só quando convém que é tido em conta que é comprar cá e cá fica. Portanto, a este respeito, o Município devia dar o exemplo.

Para finalizar, deixar uma sugestão ao Executivo, que já aqui trouxemos no passado, e que tem a ver com a possibilidade de ser criado um parque de estacionamento ordenado e alcatroado junto ao Padeirão. Sei que aquele terreno não está sob a alçada do Executivo, é um terreno privado, mas acho que podiam ser feitas diligências no sentido de conseguirmos encontrar uma solução para criar mais estacionamento na entrada da cidade. Gostaríamos de saber qual é a opinião sobre esta matéria.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rui Paulo Martins Monteiro que fez a seguinte intervenção:

“A propósito da inscrição dos Srs. Presidentes de Junta para intervirem no Período de Antes da Ordem do Dia, quero dizer o seguinte: Não quero com esta minha intervenção tentar limitar aquilo que é o direito objetivo, não alienável, e perfeitamente válido de qualquer Presidente de Junta de se manifestar e intervir.

A verdade é que esta Assembleia Municipal, tal e qual como qualquer outro órgão que seja colegial, tem um regimento que deve ser cumprido. E esse regimento diz claramente que os grupos políticos municipais devem apresentar à Mesa da Assembleia Municipal aqueles que são os oradores no Período de Antes da Ordem do Dia. Ora, aquilo que aqui se vê é que isso não acontece e não aconteceu nesta Sessão da Assembleia como também não aconteceu em outras Sessões anteriores da Assembleia, nomeadamente por parte do grupo da coligação. Compreendo, aceito e obviamente que reconheço o direito do Sr. Presidente de Junta de Freguesia de São Gião de intervir mas o facto de não aparecer recorrentemente na lista de inscrições da coligação, quer dizer o quê? Quer dizer que a coligação morreu? Quer dizer que tem de se inscrever sozinho para poder falar? Então, assumam-no! Assumam-no e, depois, o Presidente de Junta de Freguesia de São Gião senta-se ao lado daqueles que não estão nos grupos municipais como, por exemplo, o Presidente da Junta de Freguesia de Meruge e o Presidente da Junta da União de Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa. Se o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de São Gião quer sair da coligação, ele que saia e que o assuma de uma vez ou, dito de outra forma, se querem correr com ele, que o corram de uma vez!

Depois, e a propósito da intervenção do Sr. Presidente de Junta de Freguesia de São Gião, quero fazer uma questão: Vir justificar o voto contra o Orçamento Municipal numa Assembleia seguinte e depois de ter sido feita a votação, parece-me algo estranho! Não consigo entender! Todos nós, Deputados Municipais e Presidentes de Junta, tivemos oportunidade de manifestar a nossa posição de votar contra ou a favor do Orçamento Municipal na Sessão da Assembleia Municipal. Agora, preocupar-se em vir, aqui, dizer e explicar, numa Assembleia seguinte, porque é que votou contra o Orçamento, parece-me um bocadinho extemporâneo.

Depois quero fazer duas questões que curiosamente me surgiram com a última intervenção do Deputado Rafael Costa: Fico contente que reconheça que temos a maior Feira/Festa do Queijo e fico contente que tenha afirmado que sendo a maior não necessita de publicidade. É bom que, pelo menos, haja a humildade de reconhecer isso!

Depois, relativamente à inutilidade da impressão do Boletim Municipal, a pergunta que lhe faço é a seguinte: Se fosse o PSD poder na Câmara Municipal de Oliveira do Hospital imprimiria, ou não, o Boletim Municipal? Ou, se faria aquilo que faz o líder do partido que o Senhor representa que perante o IC6 e a pergunta, se fosse poder construiria o troço que falta, disse claramente que não,

depois de ter criticado o facto de ele ainda não estar acabado. Portanto, temos, de facto, dois pesos e duas medidas no PSD nacional e no PSD local.

Quero congratular-me com a aprovação das duas Moções que foram apresentadas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Meruge. As Moções são extremamente válidas e fico contente que tenham sido aprovadas por unanimidade. Curiosamente, também vos devo dizer que, sendo esta eventualmente até uma questão algo delicada para o grupo municipal do PS porque é governo e a questão dos professores está agora “na moda”, e com toda a legitimidade, devo dizer que foi importante perceber que todos votaram a favor, nomeadamente aqueles que há onze anos congelaram a carreira dos professores. Esses também votaram, hoje, a favor aquilo que é um legítimo direito dos professores.

Por fim, dizer uma coisa que ainda não foi dita e, tendo em conta a data em que estamos, acho que merece ser dita: Lamentar profundamente um ano de guerra na Europa, um ano de guerra na Ucrânia, e fazendo-o sem ser contra quem quer que seja, e fazendo-o única e exclusivamente para nos solidarizarmos com todos aqueles que perdem a vida, com todos aqueles que sofrem e com todos aqueles que têm o seu futuro hipotecado por causa desta guerra. É muito triste que praticamente oitenta anos depois tenhamos outra vez uma guerra como esta na Europa.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Tenho pena de ter que vir falar, aqui, mais do que uma vez, e já na última Assembleia fiz uma intervenção sobre o Açude da Ribeira. Tenho pena que os interlocutores, o público, que vieram aqui abordar a questão, novamente, do Açude da Ribeira, se tenham ido embora.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, a obra está concluída e, no meu entender, bem concluída. Acompanhei aquela obra desde o início, fui lá muitas vezes, mas, em determinada altura, deparei-me com uma notícia nas redes sociais do denominado movimento Salvem o Açude da Ribeira contra o monstro e fiquei preocupado quando vi aquilo, porque eu quero salvar o Açude da Ribeira, e fui logo ao Açude da Ribeira. Quando cheguei ao Açude da Ribeira não vi nada de especial nem nada de novo!

Devo dizer que estranhei os promotores desta iniciativa que andaram nas redes sociais e chamaram cá a televisão, mas está tudo doido? Então, agora é

dito que afinal de contas aquilo que lá está não choca nada em termos de estética. Aquela obra teve diversos pareceres, foi um projeto que teve muita gente a trabalhar nele e, agora, chega-se aqui para dizer que afinal de contas a estética daquilo nem tem problemas. Mas, afinal de contas, onde está o problema? Eu gostava que esta gente me explicasse onde é que está o problema! Efetivamente, como já foi dito aqui, o problema daquela obra é uma questão de gosto e, ou se gosta, ou não se gosta! E, depois, criasse uma vaga de fumo e vêm para a comunicação social local e nacional falar contra um monstro, contra um açude e temos todos que ir salvar o Açude da Ribeira! Isto é gente que não tem noção do que anda a fazer, porque são utilizados argumentos completamente desastrosos, foi dito que a obra tinha impactos negativos na fauna, na flora, no ambiente, no curso do rio. Foi dita tanta coisa, tanta asneira e para quê? Agora, quer-se destruir a obra!

Meus amigos, efetivamente este movimento teve uma coisa boa, e não há dúvida nenhuma, porque deu visibilidade grande e publicidade barata ao Açude da Ribeira e eu nunca vi tanta gente, e os naturais de Ervedal da Beira nunca viram tanta gente, a caminhar para o Açude da Ribeira como agora. São dezenas e centenas de pessoas! Eu pergunto a essas pessoas qual é a opinião contra o monstro que lá foi colocado e não ouço ninguém a dizer que é um monstro. O que me dizem é que a obra está muito bem e que até tem uma forma tipo serpente e que serpenteia o rio desde as suas margens e por cima do leito do rio e que permite ver o Açude da Ribeira por mais de uma perspetiva.

Meus amigos, sinceramente eu não queria ir muito mais longe acerca disto. As pessoas fazem isto porque têm necessidade de se afirmar perante a sociedade e outros, que também se associaram a este movimento, fazem isto, se calhar, por pena de não terem na sua povoação um Açude da Ribeira.

É preciso dizer bem claro para toda a gente e para que não haja dúvidas nenhuma que o Açude da Ribeira foi mandado construir por gente do Ervedal e que ninguém tenha a veleidade de chamar a si, ou à sua terra, ou seja a quem for, essa premissa.

O Açude da Ribeira está lá e vale a pena ser usufruído e convidado toda a gente que está aqui nesta sala para visitar o Açude da Ribeira e que veja o que é o monstro que foi apregoado na comunicação social.

Vale a pena visitar o Açude da Ribeira e só tenho pena que aquele rio não tenha durante o ano inteiro o volume de água que tem neste momento, porque no verão aquele rio leva muito pouca água, e, essa, é a grande pena que eu tenho, e, quanto ao resto, Sr. Presidente da Câmara Municipal e Sr. anterior

Presidente da Câmara Municipal, marquem a inauguração porque vamos seguramente fazer uma festa no Açude da Ribeira.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, quero fazer-lhe a seguinte questão: Em outubro passado foi, e bem, feita uma candidatura para instalações municipais para serem aproveitadas em alojamento urgente e temporário e foram aprovados três projetos, nomeadamente o projeto de Ervedal da Beira, o projeto de Seixo da Beira e o projeto de Travanca de Lagos. Quando é que o Executivo pensa pôr a concurso esses referidos projetos?”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“O Deputado Rui Monteiro falou sobre a guerra na Ucrânia e, hoje, depois de um ano de guerra, eu vinha com a intenção de fazermos um minuto de silêncio pelas vítimas da guerra na Ucrânia no início da Sessão da Assembleia Municipal. Se não se importassem faríamos agora, antes de entarmos na Ordem do Dia, um minuto de silêncio pelas vítimas da guerra na Ucrânia.”

De seguida foi feito um minuto de silêncio pelas vítimas da guerra na Ucrânia.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Começo a minha intervenção por me associar a este lamento por um ano de guerra e por todas as vítimas, independentemente dos lados.

Disse bem, o Deputado Rui Monteiro, parece que a Europa não aprendeu setenta e oito anos depois do fim da segunda Guerra Mundial ou, se quiserem, trinta anos depois da Guerra nos Balcãs, parece que continuamos sem aprender as lições da história.

Quero lamentar todas as perdas, todas as vítimas, de qualquer dos lados, desta guerra e, mais uma vez, rejeitar a guerra como solução e deixar uma palavra de diálogo entre as partes sob a égide das Nações Unidas.

Hoje a Sessão da Assembleia foi marcada pela tónica do Espaço do Cidadão e até pela intervenção do público.

Relativamente ao Açude da Ribeira não vou dizer mais nada do que já disse. Está esclarecida a posição, com dados factuais, da Câmara Municipal.

Voltando ao tema do Espaço do Cidadão: De facto o Espaço do Cidadão é um serviço que valoriza o Município de Oliveira do Hospital, é um projeto que

vem do anterior Executivo e foi agora executado. É um projeto que distingue Oliveira do Hospital, que oferece um leque de serviços para aproximar por via digital mas também presencial através do mediador, dos técnicos do Município de Oliveira do Hospital que tiveram formação especializada, no âmbito da Agência de Modernização Administrativa, para serem os mediadores entre a necessidade do cidadão e os serviços especializados de que foram, aqui, dados vários exemplos. O Espaço do Cidadão mete Oliveira do Hospital na linha da frente, no âmbito da Região de Coimbra, em termos de transição digital e na aproximação dos cidadãos por via digital da administração. Foi, aqui, bem dito, este serviço de proximidade em diferentes setores é um complemento aos serviços públicos físicos e presenciais do Concelho. Queremos os serviços da Repartição das Finanças, e queremos que esses serviços sejam valorizados, queremos serviços do Cartório Notarial, queremos todos os serviços da Segurança Social e queremos todos os serviços a funcionar no Concelho de Oliveira do Hospital complementados através do Espaço do Cidadão aqui na Câmara Municipal com os nossos técnicos preparados com formação adequada enquanto mediadores entre o cidadão e o serviço de destino.

Deixar aqui também uma palavra de agradecimento ao Sr. Secretário de Estado da Modernização Administrativa e ao Sr. Presidente da Agência para a Modernização Administrativa pelo impulso que vieram dar ao projeto e pela abertura que deram para a implementação de mais projetos em proximidade com as Freguesias, neste caso a criação de Espaços Cidadão nas Freguesias.

E, por falar em Freguesias, dizer que, relativamente às respostas na área da saúde, o essencial já, aqui, foi dito. Mas, ainda, assim, é importante dizer que a solução foi assumida corajosamente e de forma organizada pelo Sr. Coordenador do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital, Dr. Rui Pedro Loureiro, mas também devo assinalar o envolvimento de cada um dos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia que sistematicamente interpelaram o Presidente da Câmara Municipal para que junto das autoridades, seja o Centro de Saúde, seja o Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte, conseguisse viabilizar a abertura das Extensões de Saúde. Não quero louros para o Presidente da Câmara Municipal, os louros são do Dr. Rui Pedro Loureiro, mas também não posso deixar de assinalar dois factos evidentes, a abertura do Dr. Vítor Bernardo, Diretor Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte, que viabilizou o reforço da equipa médica no Concelho de Oliveira do Hospital e naturalmente agradecer a disponibilidade da Dra. Teresa Alcântara Dias para mudar de serviço médico, estava num concelho

vizinho, e aceitou através do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte vir integrar o quadro do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital, e que permitiu reabrir estas três Extensões de Saúde, e é justo dizê-lo e é justo reconhecê-lo. O Presidente da Câmara Municipal e o seu Executivo fez o seu papel, uniu pontas. A solução deve-se ao Sr. Diretor do Centro de Saúde, deve-se á equipa de profissionais de saúde, aos médicos, aos enfermeiros, aos auxiliares, e, isso, é que é importante saudar.

Dizer, ainda, que a Câmara Municipal continuará empenhada a trabalhar em conjunto com os Srs. Presidentes de Junta para criar condições de conforto nas Extensões de Saúde e para termos as Extensões de Saúde abertas e confortáveis para os seus utilizadores. Assim, como continuaremos a trabalhar de mãos dadas com a Direção do Centro de Saúde para acautelar, por exemplo, serviços de enfermagem ao domicílio, necessidades de transporte, necessidades logísticas. Ou seja, intervenções em espaços como as Extensões de Saúde ou investir no Centro de Saúde em intervenções de manutenção apesar de, como sabem, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, até ao momento, rejeitaram a transferência de competências na área da saúde. A nossa missão é estar próximo dos cidadãos, garantir serviços de saúde aos cidadãos num trabalho conjunto da Câmara Municipal, dos Srs. Presidentes de Junta e do Centro de Saúde e o que queremos é garantir esses cuidados de saúde à população e, nesse aspeto, estamos a preparar novidades no âmbito da saúde oral e também no âmbito da saúde mental para melhorar serviços de proximidade à nossa população. Da parte do Executivo Municipal aquilo com o que podem contar é um trabalho permanente em defesa da saúde pública e encontrar soluções para resolver os problemas da saúde de Oliveira do Hospital e, nesse aspeto, eu gosto de ser justo e integralmente justo, e deixar, aqui, uma palavra ao nosso Presidente da Assembleia Municipal, que é simultaneamente Deputado na Assembleia da República, pelas pontes que tem criado junto de vários governantes, em particular o Sr. Ministro da Saúde, para que, cara, a cara, olhos, nos olhos, à mesa das negociações trabalhemos em conjunto com as várias entidades para encontrar soluções para as necessidades de resposta na saúde no Concelho de Oliveira do Hospital, seja reforçando o número de médicos, seja reforçando o número de enfermeiros, sejam outras soluções de urgência nos nossos serviços. É nisso que trabalhamos empenhadamente, e temos o mandato dos cidadãos para o fazer, e temos a vontade inquebrável de lutar para melhorar os serviços. Esse é o nosso compromisso e lutaremos até ao limite das nossas forças, não tenham dúvidas!

Relativamente às intervenções no domínio rodoviário que, aqui, foram feitas, de facto, hoje, é uma realidade a obra na estrada que faz a ligação do Chão Sobral, na Freguesia de Aldeias das Dez, à Freguesia de Alvôco das Várzeas. É um projecto que foi lançado no último mandato e a obra está em curso. É uma obra há muito tempo ansiada e que, para além da ligação de duas Freguesias, de duas comunidades, a ligação também vai permitir construir uma estrada com aptidão turística devido ao seu traçado. É uma ligação que é importante e está em execução e, isso, é o relevante.

Dizer também, relativamente às obras na Ponte das Três Entradas, que o concurso foi lançado e as obras irão iniciar-se em breve, há a expectativa de ser ainda neste primeiro semestre, tem havido uma estreita articulação entre as Infraestruturas de Portugal, nomeadamente com o responsável regional pelas Infraestruturas de Portugal, Eng.º Nuno Gama, e o Município de Oliveira do Hospital para acautelar todas as condições de circulação, uma vez que a obra de requalificação da Ponte das Três Entradas vai originar condicionalismos no tráfego e, por isso, a obra vai ter que ser gerida com muito cuidado.

Devo aqui enaltecer e dizer que um dos grandes combatentes pela intervenção de requalificação da Ponte das Três Entradas tem sido o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez. É um tema que nunca deixou de colocar em cima da mesa e nunca deixou de estar na agenda.

Também dizer que estão a ser acauteladas, e hoje mesmo foi pedido a autorização das Infraestruturas de Portugal para o atravessamento na ponte, as questões relativas à água e saneamento na Freguesia de Aldeia das Dez. O trabalho está a fazer-se e estamos a dialogar com as entidades para acautelar todas as situações, obviamente que a intervenção no tabuleiro da Ponte das Três Entradas e numa ponte que tem aquela configuração vai originar condicionalismos na circulação. Portanto, neste momento, estamos a estudar com todos os cuidados, com todas as regras, para minimizar os impactos daquela intervenção. A ponte precisava de ser melhorada e requalificada e essa obra vai ser feita e, agora, há que criar condições para reduzir os impactos na vida dos cidadãos.

Relativamente às questões colocadas sobre as obras, quero dar-vos conta que, de facto, iniciaram-se em dezembro as obras no lote A, último lote, da reabilitação do centro histórico de Oliveira do Hospital. Também dar-vos conta que, em termos de empreitadas, do volume de oito milhões oitocentos e cinquenta e três mil e seiscentos euros de valor de empreitadas contratualizadas, estão neste momento em execução três milhões e oitocentos mil euros. A grande

parte são obras com financiamento comunitário. A obra financiada pelo Orçamento Municipal é a pavimentação da estrada que faz a ligação do Chão Sobral à Quinta das Tapadas na Freguesia de Alvôco das Várzeas.

Este é o ponto de situação das empreitadas que estão neste momento em curso. Este valor, e se somarmos todos os valor das empreitadas, passa para três milhões novecentos e oitenta e três mil euros, se considerarmos o valor da empreitada que neste momento está em execução, uma obra de trinta mil euros, em termos de pedidos de pagamentos ou autos chegados à Câmara Municipal.

Relativamente às obras da Zona Industrial elas estão praticamente a concluir. No que diz respeito à retirada dos postes o processo está na Direcção Geral de Energia e Geologia, foi preciso elaborar um projecto para que a E-Redes através das empresas que estão credenciadas façam a retirada dos postes mantendo a iluminação pública possível e sem que haja quebras de energia em toda a Zona Industrial. É um processo que tem vindo a ser tratado há meses, primeiro, junto da E-Redes e, depois, junto da Direcção Regional de Energia e Geologia. Se fosse pela nossa vontade os postes já tinham sido tirados mas esta operação tem que ser desenvolvida pela E-Redes através das empresas que estão certificadas para o poder fazer.

Relativamente aos acessos ao novo Campus Educativo dizer o seguinte: O projecto de execução está praticamente concluído, precisa apenas de umas afinações, ou umas questões de opção, para que se possa lançar a empreitada para acautelar a ligação rodoviária do arruamento público ao novo Campus Educativo da cidade de Oliveira do Hospital.

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avô, no que diz respeito à Praia Fluvial, dizer o seguinte: Tivemos uma reunião com a Agência Portuguesa do Ambiente e a solução definitiva para aquele espaço passa pelo financiamento da Agência Portuguesa do Ambiente através de fundos próprios. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avô é minha testemunha, estivemos no local e temos um parceiro para elaborar o projecto de reconfiguração de toda a Praia Fluvial. Esse parceiro é a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto que elaborará o projecto de reconfiguração daquele espaço. É preciso reconfigurar aquele espaço e é preciso uma intervenção de grande monta e que ultrapassará os trezentos mil euros.

Relativamente à intervenção de recuperação do espaço para veraneio, dizer o seguinte: Os danos e prejuízos estão sinalizados na CCDR. O Município de Oliveira do Hospital foi o primeiro Município a tomar posição pública sobre os prejuízos resultantes das intempéries do mês de dezembro e do mês de

janeiro. Nós sinalizámos dois milhões e setecentos mil euros de prejuízos e, com o IVA, passará aos três milhões de euros de prejuízos, em estradas, railés, taludes, equipamentos balneários das Praias Fluviais.

Quero deixar, aqui, uma palavra de agradecimento à Equipa Técnica do Município, aos colaboradores do Município de Oliveira do Hospital. Deixar também uma nota de reconhecimento ao trabalho do Coordenador da Proteção Civil, Eng.º José Carlos Marques, e à equipa que o acompanha na Proteção Civil, e aos colaboradores do Município que acompanharam a Proteção Civil mas, também, à GNR e aos Bombeiros, pelo trabalho que tiveram nesse período de intempéries.

Houve aqui um trabalho rapidíssimo da parte da engenharia, da parte da Proteção Civil e dos nossos colaboradores para identificar estes mais de três milhões de euros de prejuízos que foram enviados para a CCDR e já foram validados e aguardamos, neste momento, a sua aprovação e que nos indiquem qual é a verba que vai ser alocada à recuperação do conjunto de espaços que sofreram graves danos. As questões que têm a ver com a circulação, nomeadamente as questões relacionadas com as estradas, os taludes, os aquedutos e naturalmente a recuperação das zonas balneares e particularmente as zonas de taludes nas zonas residenciais, serão prioritárias. Temos a expectativa que o bolo financeiro para a recuperação dos prejuízos seja generoso, em face e por comparação àquilo que aconteceu na grande Lisboa e na zona do grande Porto, onde o Governo mobilizou recursos financeiros para acudir àquelas populações e para fazer intervenções de emergência, e também temos a expectativa que da mesma forma o Governo, através da CCDR, nos disponibilize meios financeiros para fazer face a esta vasta lista de prejuízos identificados, sinalizados e feita a respetiva orçamentação para a recuperação. São mais de três milhões de euros de prejuízos e há aqui um grande esforço que vamos ter de fazer.

Relativamente à questão que colocou sobre a rua do Outeiro, de facto é um desejo que já discutimos, tem que ser passado a projeto e passar para a fase de execução. Esse processo neste momento está na parte das obras e é preciso articular entre o Sr. Coordenador da Protecção Civil e a Divisão de Obras Municipais, Eng.º Vicente, e definir melhor traçado, ver os trabalhos a realizar, orçamentar e ver as condições para o arranque da obra.

Assim, e de igual modo, pode ser dito ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gião. Não vou aqui invocar os mais de setecentos e cinquenta mil euros que estão a ser investidos na instalação do saneamento no Rio de Mel,

e até foi despropositada essa comparação porque essa obra está a ser feita pelas Águas Públicas da Serra da Estrela. É uma obra que queremos em breve concluir, e é uma obra que também responde à questão levantada pelo Sr. Eng.º Rafael Costa quando pergunta o que é que fomos buscar às Águas Públicas da Serra da Estrela. Fomos buscar este investimento e mais outros que mais à frente vou explicar.

Relativamente aos railes dizer o seguinte: Neste momento estamos a trabalhar no levantamento de custos porque o metro linear dos railes custava trinta euros e neste momento passou para oitenta e quatro euros. Portanto, aquilo que vamos fazer é priorizar intervenções nas zonas de maior perigosidade.

As intervenções ao nível rodoviário serão realizadas sucessivamente. Temos esta obra na estrada que liga o Chão Sobral à Freguesia de Alvôco das Várzeas, temos, agora, os prejuízos causados pelas intempéries e, a seu tempo, também iremos recuperar outras estradas, como a que referiu, a estrada do Covão e que serve uma unidade de alojamento que eu conheço bem e, como já aqui disse, foi talvez dos últimos processos com que lidei antes de vir a tempo inteiro para a Câmara Municipal em 2009.

Sobre a vinda da Missão País, dizer o seguinte: A Missão País é uma iniciativa nacional. Tivemos conosco alunos da Universidade da Beira Interior que estiveram em Avô e Alvôco das Várzeas e fizeram um excelente trabalho cívico e fizeram um excelente trabalho de animação social mas também de intervenção social.

Quero agradecer a todas as entidades que também os acolheram e também os apoiaram e lhes deram condições. Que venham mais Missões País até Oliveira do Hospital.

Quero agradecer em particular à Junta de Freguesia de Avô e Alvôco das Várzeas mas, também, agradecer ao CERCAV e à Sociedade de Defesa e Propaganda de Avô, por terem dado suporte.

O Município de Oliveira do Hospital fez aquilo que já faz há vários anos. Como disse, no sábado, naquele bonito encerramento da Missão País, há anos que recebemos a Missão País em Oliveira do Hospital. Esta é provavelmente a quinta missão que veio até nós. Dizer, ainda, que são sempre bem-vindos e o que é importante é que sejam acolhidos e direcionados para aquilo que é a sua intervenção junto da comunidade: Fazer companhia, fazer visita às pessoas, intervir em ações de solidariedade social, são sempre intervenções dignas e bastante valorosas.

Relativamente à questão colocada sobre o curso de Nadadores Salvadores, dizer o seguinte: O Sr. Vereador Nuno Ribeiro está a conduzir este processo como sempre o fez. Os cursos de Nadadores Salvadores sempre se fizeram e vamos continuar a fazê-los. Habitualmente fazemo-los de dois em dois anos.

O Sr. Vereador Nuno Ribeiro teve que se ausentar para representar o Município numa iniciativa desportiva que está a ser realizada no Luso e deixou aqui a seguinte nota: Apelar aos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia para ajudarem na sinalização de potenciais interessados e encaminhá-los para o Município. Ou seja, motivarem as pessoas a participar no Curso de Nadadores Salvadores para que possamos constituir uma turma para realizar o curso e naturalmente termos gente preparada com formação para dar segurança e proteção nas nossas Praias Fluviais.

Obviamente que também tenho que acompanhar a saudação e o aplauso que as Sras. Presidentes de Junta de Freguesia do Seixo da Beira e de Lagares da Beira fizeram aos seus respetivos Carnavais. Também enaltecer o trabalho de qualidade e o trabalho de mobilização que foi feito no Seixo da Beira e Lagares da Beira. Foi uma comunidade que se uniu e é bom quando as comunidades se unem. No Seixo da Beira o Carnaval tem vindo a crescer e, isso, é bom. Em Lagares da Beira o desfile de Carnaval já remontam aos anos setenta, e sempre foi imparável à exceção daqueles dois anos de paragem devido à pandemia. A comunidade uniu-se, as entidades participaram, houve Comissão Organizadora e, de facto, realizaram-se tradições que dão vida às nossas comunidades e que resultam da nossa capacidade e do nosso dinamismo e é de enaltecer. O Município apoia porque quer ver as comunidades vivas e quer ver as Freguesias com vida. Obviamente que também tem que enaltecer todas as iniciativas que foram feitas em todo o Concelho e, em especial, o fantástico desfile de Carnaval do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital que coloriu a cidade de Oliveira do Hospital e, de facto, foi um grande evento organizado pelo Agrupamento de Escolas com a participação das IPSS. É um bonito evento! Parabéns, a todos, pelo trabalho que fazem e pelo dinamismo que emprestam à vida da nossa terra.

Relativamente à questão colocada sobre os trabalhos de manutenção dos estradões, dizer o seguinte: Tivemos um problema mecânico numa máquina e temos a expectativa que a breve trecho, no espaço de uma ou duas semanas, a máquina já esteja operacional e, por circunstâncias da vida, tivemos um profissional que quis agarrar outras oportunidades profissionais e tivemos que

o substituir, essa substituição foi feita com uma pessoa qualificada e que conhece a casa, é um bom operador de máquinas, e a breve trecho teremos dois equipamentos no terreno a fazer o trabalho que tem que ser feito.

Quanto à questão colocada pelo Sr. Deputado Raúl Dinis, relativamente aos prejuízos causados pelas intempéries acho que a questão está respondida.

Sobre a questão relativa aos ganhos da Águas Públicas da Serra da Estrela, dizer o seguinte ao Sr. Deputado Rafael Costa: Neste momento temos investimentos a decorrer no Concelho na rede de águas e saneamento no valor de um milhão trezentos e trinta mil euros. Das entidades agregadas nós somos a que tem melhor desempenho. Queria, assim que estivessem aprovadas as contas das Águas Públicas da Serra da Estrela, trazê-las a esta Assembleia Municipal para demonstração dos investimentos que foram feitos e dos ganhos que o Município de Oliveira do Hospital teve em financiamento de obras através do POSEUR, e que de outra forma não poderia aceder a esses apoios, e, isso, nos permite hoje ter no território três operações com financiamento comunitário num investimento de um milhão trezentos e trinta mil euros, e estou a fazer a prestação de contas de um processo que foi iniciado pelo meu antecessor o Prof. José Carlos Alexandrino.

Acresce a esta obra mais uma obra de oitenta mil euros que neste momento está a ser desenvolvida no Zambujeiro, na Freguesia de Travanca de Lagos.

Quanto aos indicadores de desempenho de carácter financeiro eles serão, assim que estiverem as contas aprovadas, apresentados à Câmara Municipal e terei muito gosto em prestar contas aqui na Assembleia Municipal quanto à opção que foi tomada de agregação do Município de Oliveira do Hospital com o Município de Seia e Gouveia para realizar obra, obter financiamento comunitário e os ganhos de escala que nos permitiu obter.

Relativamente a outras questões que colocou sobre empregos e investimentos, dizer-lhe o seguinte: Têm sido várias as empresas que estão a apresentar projetos de investimento para instalação na Zona Industrial. Para um exemplo claro e recente dizer que foi atribuído na passada quarta-feira, na última reunião da Câmara Municipal, um lote, no Pólo Industrial da Cordinha, à Thinkpack - Digital Servisses, Lda, para criar um laboratório de moldes de embalagens e que é a primeira fase de um projeto que tem a designação de Planetpack para a produção de embalagens biodegradáveis. Temos a expectativa que o projeto seja apresentado e licenciado e que arranquem as obras o mais rapidamente possível.

Relativamente à Feira do Queijo, nós queremos uma feira com sucesso e vamos apostar na sua promoção na BTL. Queremos dar uma grande visibilidade à Feira do Queijo. Já tivemos uma feira de pequena dimensão e, hoje, temos uma feira de grande dimensão. Somos cautelosos nos gastos mas queremos uma feira apelativa e visível a nível nacional com notoriedade e, por alguma razão, o jornal O Público, designa-a como a maior feira do Queijo Serra da Estrela de Portugal, e o título da notícia é do jornal O Público e não é meu, e também não foi publicidade paga.

Sobre a Gala do Desporto dar nota que é um evento que o Município de Oliveira do Hospital organiza há vários anos.

Não está cá o Sr. Vereador Nuno Ribeiro e eu apelidei-o de organizador metuculoso da Gala do Desporto.

Esta gala é uma forma de reconhecer o trabalho de todas as coletividades desportivas do Concelho, é uma forma de reconhecer e agradecer o trabalho dos atletas e das famílias que os acompanham, é uma forma de reconhecer e agradecer aos dirigentes, aos patrocinadores e a todos aqueles que mantêm vivo e ativo o desporto, quer na componente de formação, quer na componente de competição, dos nossos clubes.

A Gala do Desporto foi um sucesso de público e é uma forma de agradecermos e agraciarmos os vencedores. A Gala do Desporto é uma forma de agradecer a quem trabalha para dar dinamismo ao desporto no Concelho de Oliveira do Hospital.

Dizer, depois de ouvir todas as intervenções dos Srs. Deputados no Período de Antes da Ordem do Dia, o seguinte: Estamos já a trabalhar para o futuro, esta semana tivemos uma reunião com o Secretário Executivo da CIM, e estamos a elaborar o nosso portefólio de projetos para candidatar, quer às componentes daquilo que será o pacto da CIM, ou seja, os projetos financiados através da CIM da Região de Coimbra e aqueles que complementarmente irão ser candidatados à CCDR. Para além de executar os projetos que ainda temos no programa Centro 2020 e também executar os nossos projetos do PRR.

Relativamente à pergunta relacionada com a BNAUT-Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário dizer-vos que temos cerca de novecentos mil euros aprovados para três intervenções de responsabilidade do Município e há mais duas intervenções de responsabilidade de privados aprovadas para a cidade de Oliveira do Hospital, designadamente a Fundação Aurélio Amaro Dinis que também se candidatou à BNAUT. Estamos neste momento a elaborar os processos para lançar o concurso para execução das obras e estamos na

perspetiva de estudar a solução dos concursos simplificados para agilizar o processo.

Portanto, vamos continuar a trabalhar. Não vamos parar. As críticas fazem parte da vida democrática e aceitamo-las como normalidade. O trabalho do Executivo em permanência é para continuar e vamos continuar a trabalhar com as Juntas de Freguesia e, todos juntos, faremos o melhor pelo Concelho de Oliveira do Hospital. É esse o nosso compromisso.

Relativamente ao Café Central, dizer o seguinte: O processo está com o Sr. Diretor de Departamento para elaboração do Caderno de Encargos e a solução a dar àquele espaço será discutida pelo Executivo.

Relativamente ao Parque dos Marmelos estamos a elaborar um projeto para aproveitar aquele espaço multiútil e vai ficar surpreendido, Sr. Deputado Rafael Costa, com a solução que vamos dar. Sei que não vai aplaudir mas, pelo menos, terá o momento de pôr a mão na consciência e dizer: Foi uma boa ideia, o que eles fizeram aqui.

E, dizer ainda, que é com boas ideias que precisamos de levar o Concelho para a frente.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Gostaria de dar a seguinte informação ao Eng.º Rafael Costa sobre a agregação do Município de Oliveira do Hospital na empresa Águas Públicas da Serra da Estrela. Penso que o meu Executivo fez um grande trabalho no departamento das águas.

Dizer ainda que o Presidente da Câmara Municipal de Seia e o Presidente da Câmara Municipal de Gouveia escolheram-me como Presidente para a empresa das Águas Públicas da Serra da Estrela e hoje o Presidente da empresa Águas Públicas da Serra da Estrela é o Dr. José Francisco Rolo.

A gestão da água deve estar na esfera pública. Há coisas que são essenciais na nossa sociedade e que devem estar na esfera pública e basta vermos as tarifas praticadas em algumas concessões em empresas privadas.

A empresa das águas tem a palavra pública para perceberem que é uma empresa pública e que não visa o lucro. Dizer também que cada Câmara Municipal aprova as suas tarifas em reunião de Câmara.

Este trabalho foi muito difícil mas o Concelho de Oliveira do Hospital era o que se encontrava melhor em termos de organização. Foi um processo difícil mas foi um processo bem construído e eu tenho muito orgulho neste trabalho.

Dizer ainda que a Águas Públicas da Serra da Estrela está a realizar um conjunto de obras no Concelho de Oliveira do Hospital que não era possível realizar com o Orçamento Municipal.

Hoje o Presidente das Águas Públicas da Serra da Estrela é o Dr. José Francisco Rolo e desejo-lhe as maiores felicidades na sua liderança.

Passamos de seguida ao Período da Ordem do Dia e, como já foi referido, vamos começar com a apreciação do Ponto VI.”

De seguida entrou-se no Ponto VI da Ordem do Dia - Apreciação e votação da proposta de suspensão parcial e de estabelecimento de medidas preventivas à 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Oliveira do Hospital.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Este Ponto VI diz respeito a uma pretensão exposta pela ARCIAL porque tem uma candidatura para um equipamento social aprovada e, para efeitos de licenciamento, teve que introduzir alterações no projeto de arquitetura, nomeadamente na implantação do equipamento, e essa implantação colidia com o PDM em vigor.

A solução encontrada era a suspensão parcial do PDM naquela área com o estabelecimento de medidas preventivas para proteger as questões associadas ao ordenamento do território e salvaguardar as regras do PDM. Foi feita uma proposta devidamente informada e justificada tecnicamente e legalmente que foi aprovada por unanimidade na reunião de Câmara Municipal.

Essa proposta de suspensão parcial do PDM com estabelecimento de medidas preventivas foi remetida para a CCDR, nos termos da Lei, e mereceu a aprovação da CCDR. Esta proposta depois da aprovação da CCDR voltou novamente à reunião de Câmara Municipal e cabe neste momento à Assembleia Municipal aprovar essa mesma proposta e, depois de aprovada, será publicada em Diário da República em regime de urgência.

Pedi à Sra. Arquiteta Alexandra para vir a esta Sessão da Assembleia Municipal para fazer uma apresentação desta proposta de suspensão parcial do PDM e para responder a eventuais questões aqui colocadas.”

De seguida, foi feita a apresentação do Ponto VI referente à proposta de suspensão parcial e de estabelecimento de medidas preventivas à 1ª Revisão do

Plano Diretor Municipal de Oliveira do Hospital, pela Sra. Arquiteta Alexandra.

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Pergunto ao Srs. Deputados se querem colocar alguma questão?

Penso que esta obra é nuclear. Há um conjunto de obras na área social no Concelho que tiveram financiamento e esta obra nasce devido a uma constatação de todos e ao drama das pessoas quando começam a envelhecer e não têm um lugar seguro para deixar os filhos portadores de deficiência.

Este equipamento social é um Lar Residencial para pessoas com deficiência e, por isso, acho que deveríamos aprovar por unanimidade esta proposta.”

O Sr. Deputado Ricardo Jorge Marques Figueiredo, por estar impedido, nos termos da lei, ausentou-se e não votou a presente proposta, porque pertence ao Conselho fiscal da ARCIAL. Não havendo mais intervenções, foi colocado a votação o Ponto VI - Apreciação e votação da proposta de suspensão parcial e de estabelecimento de medidas preventivas à 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Oliveira do Hospital, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente ao Ponto I - Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município para além da informação que já têm convosco quero dar-vos o habitual resumo referente ao período de 1 de janeiro de 2023 a 31 de janeiro de 2023.

Como habitualmente e nos termos da Lei é apresentada, para conhecimento dos Srs. Membros da Assembleia Municipal, uma síntese da situação financeira do Município.

À data de 31 de janeiro de 2023 o saldo de operações orçamentais é de cinco milhões vinte e cinco mil duzentos e quarenta e cinco euros e onze centimos, sendo que o saldo de gerência a 31 de dezembro de 2022 foi de

quatro milhões setecentos e dezasseis mil oitocentos e dois euros e sessenta e dois cêntimos. De referir que o saldo de operações orçamentais incorpora novecentos e oitenta e quatro mil oitocentos e oito euros relativo a verbas adiantadas as Município a título de contratos programa, sendo quatrocentos e um mil oitocentos e seis euros da requalificação do Estádio e duzentos e sessenta e seis mil quinhentos e cinquenta e dois euros da requalificação das Piscinas, e da verba do empréstimo relativa à empreitada do Centro Municipal de Proteção Civil ainda não utilizada no valor de trezentos e dezasseis mil quatrocentos e cinquenta euros.

Quanto à informação que vos foi enviada, é espelhada a execução orçamental com expressão no primeiro no primeiro mês de cumprimento do Orçamento para 2023.

A dívida a curto prazo de cerca de cento e nove mil euros decorre da dinâmica de pagamento a fornecedores e entidades beneficiárias de subsídios, no valor de quarenta e um mil setecentos e sessenta e nove euros, e fundamentalmente da aquisição de prédios que aguarda a marcação das respectivas escrituras no valor de sessenta e sete mil quinhentos e vinte e quatro euros.

Nos passivos financeiros no valor de três milhões setecentos e quarenta e quatro mil trezentos e cinquenta euros e noventa e um cêntimos estão expressos os empréstimos da Caixa Geral de Depósitos e do BPI sendo que, do último empréstimo contraído neste banco ainda utilizar o montante de um milhão e quinhentos mil euros.

Procurámos continuar a fazer uma gestão prudente dos recursos financeiros que continue a permitir a manutenção de um curtíssimo prazo de pagamento aos fornecedores.

Fruto da sua situação financeira o Município de Oliveira do Hospital encontra-se excluído, desde 2018, do âmbito de aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Fundos Disponíveis, e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

Alertamos mais uma vez para os cuidados a ter, entenda-se os sinais de alarme que condicionam a gestão financeira: A previsível continuação da guerra na Ucrânia com todos os seus efeitos perniciosos na economia global designadamente a escalada inflacionista, em particular em matéria de energia e combustíveis, com impacto nas empreitadas ao nível de revisões em alta dos preços das mesmas, mas também pressiona fortemente a gestão financeira municipal retirando recursos que poderiam ser alocados à esfera de

investimento e de apoio e desenvolvimento de actividades de interesse municipal.

Pela sua relevância destacamos o fortíssimo impacto do custo da energia, importando um a crécimo do custo do contrato anual de mais de um milhão e cem mil euros, os pedidos de revisão excepcional de preços ao abrigo do novo regime legal e de reposição de equilíbrio financeiro de empreitadas na ordem de um milhão e cem mil euros, as revisões de preços normais de elevados valores por força dos índices aplicáveis e com pagamentos na ordem dos quinhentos mil euros em 2022, o aumento do custo de serviços de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos que se estima que seja de mais de trezentos e setenta e cinco mil e quatrocentos euros, ou seja, mais 51 %, em 2023, e bem assim o aumento das despesas de pessoal decorrente da revisão de carreiras recentemente operada e que se estima que seja na ordem dos trezentos e vinte mil euros em 2023.

A título de exemplo destes constrangimentos, e no que diz respeito ao fornecimento de energia eléctrica, informamos esta Assembleia Municipal que o Município procedeu hoje, dia 24 de fevereiro, ao pagamento de faturas de consumos de electricidade à EDP na ordem dos trezentos e cinquenta mil euros.

Estes são os números e é com esta realidade que vamos continuar a trabalhar com prudência e com os pés bem assentes no chão, com rigor, e a agarrar todas as oportunidades para obter programas de financiamento que permitam a realização de obra e todo o tipo de intervenções que valorizem o trabalho do Município em parceria com as Freguesias.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente à Feira do Queijo quero dizer o seguinte: Dizer-se que temos a maior Feira do Queijo é uma coisa que não faz sentido. O que faz sentido é saber quais são os proveitos que o Concelho tem com a realização desses eventos. Essa é que é a questão de fundo! O Jornal O Público trazia essa notícia relativamente a Oliveira do Hospital mas eu li, por exemplo, o Jornal de Notícias e o Diário de Notícias e diziam que a maior Feira do Queijo foi em Celorico da Beira. É por suposição que é a maior Feira do Queijo até porque ela ainda não se realizou. Creio que o fundamental é valorizar aquilo que temos, seja o queijo, sejamos outras coisas. É verdade que temos que valorizar a Feira do Queijo mas também temos que valorizar a Festa dos Bolos, no Seixo da Beira, a Festa da Castanha, em Aldeia das Dez, a Feira do Porco e do

Enchido, em Meruge e até proponho que possa haver uma candidatura conjunta para apoios a essas Freguesias porque estes eventos são de carácter genuíno e marcam profundamente o Concelho, ao contrário do queijo, e não nos enganemos! É preciso valorizar outras iniciativas e outros eventos que tenham uma marca identitária do nosso Concelho e isso é extremamente importante.

Desejo que a Feira do Queijo seja uma grande festa mas não nos percamos na medição até porque não há nenhuma tabela para medir qual é a maior ou a mais pequena.

Depois quero perguntar o seguinte: Qual é o ponto de situação do Programa de Revitalização do Pinhal Interior? Eram duzentos milhões de euros, para vinte concelhos, o que permitia que as Juntas de Freguesia em alguns dos eixos pudessem concorrer directamente, e não há notícias sobre isto.

Relativamente ao Boletim Municipal, acho que é importante, e as Juntas de Freguesia deviam participar, se as Juntas de Freguesia pudessem ter essa possibilidade, lembrando às pessoas as pequenas intervenções, manter na memória das pessoas que se vão fazendo coisas que podem não dar muito nas vistas mas que são importantes para o seu dia-a-dia e para melhorar a sua qualidade de vida. O Boletim Municipal também demonstra uma outra realidade: De facto, o fundamental do investimento é feito na sede do Concelho e, isto, tem que ser invertido de alguma maneira. Na minha opinião, as Freguesias são os parentes pobres, apesar de haver uns mais pobres do que outros.

Dizer ainda o seguinte: O Boletim Municipal, eu tive o cuidado de ler uma parte substancial, está bem escrito, é uma leitura fácil, tem muita informação e creio que a oposição também tem direito a ter opinião no Boletim Municipal nem que seja para dizer mal da Câmara.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“A propósito da Feira do Queijo e de dizermos que é a maior quero dizer que há um dito popular que é o seguinte: “*Água benta e presunção, cada um toma a que quer*”.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Estimado Presidente da Junta de Freguesia de Meruge é o jornal O Público que diz: “*A maior festa do queijo de Portugal. Oliveira do Hospital celebra o Queijo da Serra da Estrela DOP.*”

O título é do jornal O Público.

No fim de semana passado, no Concelho de Oliveira do Hospital, existia apenas um quarto livre para ocupação turística. Para a data da realização da Feira do Queijo, segundo as reuniões realizadas, a ocupação está plena no Concelho. A ocupação em termos de gastronomia vai ser evidente e provavelmente vai haver lista de espera.

O impacto da feira em termos de alojamento, o queijo que é vendido, todo o conjunto de produtos que é vendido, é dinheiro que fica na economia local, não tenham dúvidas! Por isso é que temos que proteger os nossos produtores e, por isso, o nosso Regulamento tem as características que tem, porque basicamente temos pedidos de todo o País para virem vender à Feira do Queijo de Oliveira do Hospital. E, isto, é muito relevante. O impacto que a Feira do Queijo tem na economia é forte e gera riqueza que fica em Oliveira do Hospital.

Relativamente à questão que colocou sobre o Programa de Revitalização do Pinhal Interior dizer o seguinte: Foi há pouco tempo lançado um procedimento para contratar equipa e, neste momento, no âmbito do Programa Operacional para a Região Centro, está a ser negociada a verba a alocar ao Programa de Revitalização do Pinhal Interior.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, João Abreu, tem consigo o diploma que foi publicado com a estrutura do programa. Agora, mais do que a estrutura do programa, as elegibilidades e os beneficiários, o que importa é carregar com dotação orçamental aquelas rúbricas para que também as Juntas de Freguesia se possam candidatar. Já o disse e reitero, aqui, que da parte do Município de Oliveira do Hospital daremos todo o apoio na formalização de candidaturas, seja a esse programa, seja a outros programas que tenham as Juntas de Freguesia como beneficiárias.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Nas Feiras do Queijo que realizámos mandámos fazer estudos sobre o impacto financeiro na economia local por uma empresa especializada, e eu não conheço ninguém na empresa, e a empresa dava-nos resultados tão grandes que

se o anunciássemos as pessoas iam dizer que nós as queríamos enganar. Por isso, se quiser, envio-lhe os relatórios para ver qual é o impacto financeiro na economia local e vai perceber que temos mesmo a maior Feira do Queijo Serra da Estrela em Oliveira do Hospital.

Criámos, juntamente com as Freguesias, um modelo de Feira do Queijo com um grande impacto e que mais ninguém foi capaz de criar. Herdámos uma feira que durava três hora e conseguimos criar esta feira com uma estratégia e investimento a longo prazo e que foi muito criticada pela oposição.

A Feira do Queijo de Oliveira do Hospital é, de longe, a que tem mais impacto e pode competir com qualquer feira que se realize nas vizinhanças e, se quiser fazer uma pequena comparação, no próximo fim de semana venha comigo à feira de Tábua e, depois, percebe logo quais são as diferenças.”

De seguida entrou-se no Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do nº 1 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de apoio global de 160.000,00 € (cento e sessenta mil euros) às Freguesias do Município no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Daquilo que é o nosso compromisso, aqui, negociado, em sede de preparação do Orçamento Municipal, esta é a primeira tranche do apoio a transferir para as Juntas de Freguesia, do bolo dos setecentos mil euros, e que corresponde a dez mil euros por cada Junta de Freguesia. Depois, serão transferidas as verbas subsequentes, quer em termos de apoio para despesas correntes, quer em termos de apoio para despesas de capital.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Na sequência daquilo que é habitual venho, em nome da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, agradecer o apoio tão importante que é dado às Freguesias. É um contributo fundamental para que possamos mitigar as dificuldades que nos são colocadas diariamente.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Peço desculpa por voltar ao assunto da Feira do Queijo: O que eu quis dizer não é que não tenha que haver esta publicidade toda, nem esta valorização. O que eu quis dizer, e se calhar não me fiz entender, é que devia haver um investimento proporcional para aqueles eventos das Freguesias que marcam a identidade deste Concelho.

Relativamente a este Ponto II, quero saudar também este critério que merece aplausos não apenas pela verba em si mas também pelo critério. Todas as Freguesias recebem esta verba que se destina a um fim concreto mas, passei novamente os olhos pelo Orçamento e pelas GOP e tenho esta interrogação: Como é que as Juntas de Freguesia podem aceder a rúbricas que estão no Orçamento e nas GOP que depois não são divulgadas?

Como é sabido, o Município, por exemplo para as casas mortuárias, tem uma verba fixa que as Juntas de Freguesia podem reclamar e que, salvo o erro, é de trinta mil euros, para concretizarem esse objectivo.

Creio que para este conjunto de propostas, devia haver um fundo a que as Freguesias se candidatassem quando têm projetos e sabem que há um fundo com um determinado montante e que cada projecto tem uma determinada verba para a sua realização. Isto partilha os custos entre o Município e as Freguesias e eu creio que dávamos um grande salto em frente na resolução de problemas. Creio que todos beneficiaríamos e beneficiava o Concelho e a população.

Dizer ainda que reconheço a importância desta verba e o compromisso do Município em realizar os setecentos mil euros em transferências.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Mais uma vez, e como já é hábito há alguns anos, o Município faz a atribuição desta verba às Juntas de Freguesia para fazerem o que entenderem por bem, nomeadamente ao nível de realizações culturais, eventos sociais. Devo dizer que mesmo nos anos da pandemia em que não havia realizações culturais a Câmara Municipal não deixou de atribuir o subsídio e o dinheiro foi gasto na mesma e no meu caso foi gasto em obras e este ano vai ser igual e vou ter que abdicar de uma ou outra realização cultural.

Este dinheiro é sempre bem-vindo e obviamente que vou votar favoravelmente por uma questão de coerência e porque sempre votei a favor, tal

como outros Presidentes de Junta, assim como votaram também em coerência o Orçamento para este ano de 2023. E, por falar em coerência, lembrar que houve um presidente de Junta que votou contra o Orçamento para 2023 e é bom lembrar também que nesse Orçamento consta esta e outras verbas para as Juntas de Freguesia e, em coerência, acho que esse Presidente de Junta deve-se retratar ou pelo menos deve fazer aqui uma declaração de voto e deve também votar contra este apoio à sua Freguesia porque se votou contra o Orçamento não tem lógica que a favor deste apoio à sua Freguesia. Acho que, em coerência, se devia retratar ou votar contra, neste Ponto II.”

Não havendo mais intervenções, foi colocado a votação o Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de apoio global de 160.000,00 € (cento e sessenta mil euros) às Freguesias do Município no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 5 do artigo 24.º, do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro, da proposta de prorrogação do prazo para aceitação da transferência de competências em matéria de ação social para o dia 3 de abril de 2023.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Fomos interpelados no sentido de assumir a transferência de competências na área da ação social mais cedo e, em diálogo com o Centro Distrital, nós rejeitámos, e daí esta proposta que trazemos. Finda esta última rejeição da transferência de competências, a partir do dia 3 de abril, por imposição legal, teremos que as assumir, entenda-se em termos de ação social direta, nomeadamente o serviço de atendimento e acompanhamento social e ação social direta ou apoio às famílias vulneráveis.

Portanto, vamos assumir toda essa intervenção com as verbas que estão alocadas e na expectativa que haja reforço no âmbito da Comissão Técnica de Desenvolvimento que vai avaliando o processo de descentralização de competências para as Câmaras Municipais e também foi-nos dada a garantia que

os serviços locais de segurança social vão continuar a funcionar na cidade de Oliveira do Hospital.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Quanto à transferência de competências na área da ação social não tenho nada a opor, já em relação ao acordo de compromisso tenho dúvidas que gostava de colocar à Assembleia e ao Sr. Presidente da Câmara, nomeadamente relativamente ao SAAS-Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social. O acordo diz que a substituição será equitativa do ponto de vista do concurso mas diz que de acordo com as características e indicadores de cada território, acompanhamento social de proximidade a cidadãos e famílias em situação de vulnerabilidade, etc.

Depois, há uns aditamentos que não constaram do acordo, nomeadamente os encargos para recursos humanos para o RSI-Rendimento Social de Inserção são cem processos por técnico e para o SAAS são de duzentos e cinquenta processos por técnico, o que quer dizer que o SAAS atualmente tem dois técnicos e isso significa que para o SAAS ser beneficiário desses apoios tem que ter quinhentos processos para manter os dois funcionários.

Depois, não esclarece se são acumulados ou se são os processos que estão em execução, etc.

Também introduzem aqui um elemento que do ponto de vista da ação social me parece profundamente negativo e que é a quantificação e não a qualidade dos serviços. Como é que se pode ter o atendimento pelo telefone, e isso soma quinhentos processos mas, depois, no terreno não apoiámos dez famílias, e eu estou a falar com conhecimento de causa, sei do que estou a falar!

Dizem que vai haver uma actualização dos valores mas sem especificar. Tendo em conta que não há actualização dos montantes no mínimo há cinco ou seis anos eu temo que a actualização seja uma coisa muito pequena.

Relativamente aos recursos humanos já especifica e cada Município terá pelo menos um técnico de ação social e que o rácio de processos por técnico se mantém, e que é de duzentos e cinquenta processos por cada técnico para o SAAS e cem processos para o RSI. Também não merece aditamento para as instalações e o funcionamento.

Tenho muita preocupação que essas eventuais dificuldades decorrentes do acordo desemboquem na degradação do serviço social e também na qualidade da resposta atempada e eficaz que agora está a ser dada.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 5 do artigo 24.º, do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro, da proposta de prorrogação do prazo para aceitação da transferência de competências em matéria de ação social para o dia 3 de abril de 2023, que foi aprovada por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na habilitação legislativa de delegação consagrada no Regime Jurídico de Serviço Público de Transporte de Passageiros, e em conformidade com a alínea k), número 1, do artigo 25.º, e dos artigos 116.º a 123.º e 128.º a 130.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e com o regime jurídico de delegação de competências previsto nos artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, da proposta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de Financiamento das Atividades Exercidas ao abrigo das competências delegadas dos Municípios enquanto autoridades de transportes, a celebrar entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e os Municípios Associados da CIM - Região de Coimbra.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Os Municípios foram constituídos como Autoridades Municipais de Transportes. Entretanto, no anterior mandato, delegámos essa competência na CIM. A CIM, neste momento, é a Autoridade de Transportes para o serviço público de passageiros na Região. Existem duas Autoridades de Transportes na Região e que são a CIM e a Câmara de Coimbra porque tem os Serviços Municipalizados e não os delegou na CIM e os restantes Municípios delegaram na CIM.

Dizer que a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra remeteu, para aprovação pela Câmara e Assembleia Municipal, o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de Financiamento das Atividades exercidas ao abrigo das competências delegadas dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes, de acordo com os motivos expostos na informação interna que anexou, que substitui a versão celebrada em 2021. Na

respetiva comunicação anexou duas tabelas que dizer respeito às responsabilidades financeiras.

Das novas tabelas decorre a necessidade do Município cabimentar em 2023 o valor de trinta e um mil setecentos e quarenta e três euros e quarenta e oito cêntimos correspondente à previsão da despesa de um mês de procedimento concursal de seleção de operador para o serviço público de transporte de passageiros, cujo lançamento se encontra em preparação e os valores anuais são os constantes da tabela para os anos seguintes: Quatrocentos e cinquenta e um mil novecentos e vinte e nove euros e oitenta e cinco cêntimos para 2024 e quatrocentos e cinquenta e nove mil novecentos e setenta euros e setenta e um cêntimos para 2025 e seguintes até ao ano de 2028.

Importa assim que a Câmara delibere submeter a nova minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de Financiamento das Atividades exercidas à aprovação da Assembleia Municipal ao abrigo da habilitação legislativa de delegação consagrada no Regime Jurídico de Serviço Público de Transporte de Passageiros e com o Regime Jurídico de Delegação de competências previsto nos artigos 44º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo e conseqüentemente considerar revogado o acordo celebrado em 2021.

Dizer ainda o seguinte: Foi feito um primeiro concurso e esse concurso teve que ser anulado uma vez que as empresas de transportes públicos não cumpriram as condições do contrato. Neste momento aquilo que se pede é que todos os Municípios cabimentem uma verba relativa a um mês e as verbas relativas ao período de duração do contrato até 2028 para que seja lançado um novo concurso que se espera esteja concluído em novembro de 2023. Esta é a forma de acautelar transportes públicos de passageiros na Região. Todas as Câmara e Assembleias Municipais têm que cumprir este procedimento para que todas as Câmara venham a integrar o novo concurso para lançar junto das operadoras para que possamos ter transporte efetivo, ou seja, as carreiras a funcionar em toda a Região.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Defendo o sistema integrado de transportes públicos mas creio que não é o que estamos a discutir. A Câmara vai entrar com trinta e um mil euros e até se pode dizer nesta situação que “o carro anda à frente dos bois”. Ainda não há concurso mas as Câmaras já têm que cabimentar.

Em nenhuma parte, dos documentos que eu li, existe qualquer especificação dos serviços que o Concelho vai beneficiar: Quais as Carreiras? Quais os circuitos?

Deduz-se que os operadores privados vão continuar a operar, aqui, nos circuitos que já tinham, o que quer dizer que vamos continuar a ter aldeias sem serviço de transporte público ou que terão serviço intermitente e precário.

Irei votar contra.

Sei que estão em remodelação as redes de transportes de passageiros e gostava de saber qual foi o critério para se intervir nuns sítios e não se intervir em outros?”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Esta deliberação da Assembleia Municipal permitirá ao Município de Oliveira do Hospital no âmbito de um concurso feito a dezoito Municípios ter carreiras públicas para transporte de passageiros e para manter os circuitos. Houve Municípios que receberam cartas a dizer que a partir do dia 1 de janeiro iam deixar de ter carreiras. É preciso perceber que os operadores recusaram-se, dois anos após a pandemia, a continuar com as carreiras. Depois de uma negociação dura e bastante intensa com os operadores foi possível que eles continuassem a acautelar os transportes, e estamos a falar de operadores privados que tiveram durante dois anos, no período da pandemia, indemnizações compensatórias para manterem o serviço, e o contrato entretanto acabou. Já no anterior mandato tínhamos delegado essa competência na CIM.

O Contrato acabou e foi lançado novo concurso, e esse concurso teve que ser anulado porque não tinha condições para prosseguir porque as transportadoras não cumpriram as condições do contrato. Corremos o risco de não ter carreiras e é isto que está em causa.

Portanto, temos que aderir a este concurso para que tenhamos o transporte de passageiros. É esta a razão. E, se algum Município não aderir, o concurso vai ter que recuar, porque ele foi concebido para dezoito Municípios com carreira integradas no âmbito da Região.

Estamos a lidar com operadores privados que têm de ser compensados pela prestação de um serviço público e têm que ser compensados pelos encargos que são deficitários e a “bola” está do lado dos Municípios.

Outra questão tem a ver com aquilo que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, João Abreu, referiu, a recuperação de abrigos de

passageiros. A CIM não recuperou nenhum abrigo de passageiros nem há nenhum programa para recuperar abrigos de passageiros. Aquilo que fez foi colocar placas de sinalética relativamente ao transporte a pedido e que foram aplicadas nos pontos de recolha.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Os financiamentos que o Estado Português faz aos transportes públicos das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto são muito diferentes dos financiamentos que faz nas áreas das Comunidades Intermunicipais porque estes transportes não só subsidiados pelas Câmaras Municipais e, isto, é uma injustiça. Se calhar precisávamos de ter mais apoio e haver uma melhor distribuição e, isto, não é um problema de hoje, é um problema que já vem de trás.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na habilitação legislativa de delegação consagrada no Regime Jurídico de Serviço Público de Transporte de Passageiros, e em conformidade com a alínea k), número 1, do artigo 25.º, e dos artigos 116.º a 123.º e 128.º a 130.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e com o regime jurídico de delegação de competências previsto nos artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, da proposta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de Financiamento das Atividades Exercidas ao abrigo das competências delegadas dos Municípios enquanto autoridades de transportes, a celebrar entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e os Municípios Associados da CIM - Região de Coimbra, que foi aprovado por maioria com um voto contra.

De seguida entrou-se no Ponto V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea k), número 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro, da proposta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra no âmbito dos Procedimentos Contraordenacionais no Domínio do Estacionamento Público.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“É proposta a aprovação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra no âmbito dos Procedimentos Contraordenacionais no Domínio do Estacionamento Público.

Já existia um mandato administrativo conferido pelo Município na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra para instrução dos processos contraordenacionais sendo que o agora proposto Contrato Interadministrativo substitui aquele documento e delega também na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra a competência para aplicação de coimas em matéria de estacionamento público.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea k), número 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro, da proposta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra no âmbito dos Procedimentos Contraordenacionais no Domínio do Estacionamento Público, que foi aprovado por maioria com uma abstenção.

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

E, não havendo mais nada a tratar, sendo vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, da qual para constar se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim _____, Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente)

(Primeiro Secretário)

Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital

- Página 61 -

(Segunda Secretária)
Cristina Sousa
